

TRF-1ª Região implanta  
processo virtual nos JEFs  
do Distrito Federal

# Vestaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano II n. 13 junho 2003



Justiça sobre as Águas:  
Projeto pioneiro da  
1ª Região

# PGQVT

Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho



Equilíbrio entre trabalho  
e qualidade de vida  
no TRF-1ª Região

Fale conosco: [pgqvt@trf1.gov.br](mailto:pgqvt@trf1.gov.br)

# A justiça vencendo a distância

Os JEFs itinerantes propõem levar a Justiça àqueles que vivem em regiões distantes e em tal estado de miséria que mal sabem da existência do Poder Judiciário.

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região realizou juizados itinerantes em Benjamin Constant/AM, Castanhal/PA, Ji-Paraná/RO, Gurupi/TO, Varginha/MG, Montes Claros/MG e, por último, no Amapá – o Justiça sobre as Águas –, assim denominado por ter sido realizado no interior de um barco, equipado para isso. Na ocasião, houve audiência na própria embarcação.

Um convênio entre o TRF da Primeira Região e o Tribunal de Justiça do Amapá para utilização do barco Tribuna beneficiará a população da Região ribeirinha do Amapá na Bacia Amazônica.

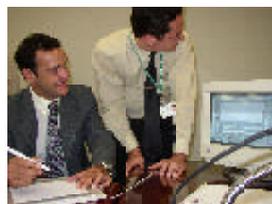
Outra novidade histórica para os JEFs foi a implantação da sua unidade virtual na Seção Judiciária do DF. O primeiro processo virtual foi julgado, com direito a assinatura eletrônica e com provas acostadas aos autos virtuais completamente digitalizadas.

Os juizados virtuais eliminam o papel, adequando-se às demandas ecológicas atuais e quebrando paradigmas, o que possibilita maior celeridade aos procedimentos judiciais. A novidade gera maior automação, eliminando o trabalho humano em tarefas automáticas.

Os Editores  
ascom@trf1.gov.br

## Sumário

Seção Judiciária do Amapá comemora 11 anos de instalação e homenageia Presidente Catão Alves p. 5



Implantação do primeiro Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do DF é marco histórico para os JEFs p. 20

Controle externo do Judiciário é o tema do “ponto de vista”, e quem nos fala é a Juíza Federal Mônica Sifuentes p. 11

Tribunal decide sobre homicídio do cientista neozelandês Peter Blake, ocorrido nas águas do Amazonas p. 25

Primeiro Juizado Itinerante realizado no interior de um barco atende à população ribeirinha do Amapá p. 18



Ex-servidora do TRF fala de seu novo trabalho na Ouvidoria-Geral da República p. 6

### PRESIDENTE

Catão Alves

### VICE-PRESIDENTE

Carlos Fernando Mathias

### CORREGEDOR-GERAL

Aloísio Palmeira Lima

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Plauto Ribeiro

Tourinho Neto

Eustáquio Silveira

Assusete Magalhães

Jirair Aram Meguerian

Olindo Menezes

Mário César Ribeiro

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

I'talo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

### DIRETOR-GERAL

Alcides Diniz da Silva

### SECRETÁRIO-GERAL

Mário José de Santana Filho

### ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

### EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

### REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Moraes, Lucimar de Melo, Marcela Correia, Márcia Murça Barroso, Marília Maciel Costa, Samantha Salomão

### ESTAGIÁRIOS

Ivan Donizetti, José Alexandre de Souza, Juliana Corrêa e Raquel Meleiro

### DIAGRAMAÇÃO e PROJETO

### GRÁFICO

Jordânia J. Alves

### FOTOS

Juiz Federal Bruno Oliveira, Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues, Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals e Bruno Almeida

### REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

### PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social-

Ascom

### DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

### FOTOLITOS

Color Press Bureau

### IMPRESSÃO

Gráfica TRF-1ª Região

### TIRAGEM

2.500 exemplares

### Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores -

SAS - Quadra 02 - Bloco A -

Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br

sejor@trf1.gov.br

tv@trf1.gov.br



# Notas

## Tribunal mais presente na TV Justiça

Momento Jurídico é o mais novo programa de TV produzido pelo Tribunal, onde magistrados expõem opiniões e idéias sobre temas atuais do Direito.

Além disso, o Núcleo de TV do TRF da 1ª Região envia, diariamente, notícias para o Jornal da Justiça, e produz, semanalmente, matéria para o Programa Via Legal, em parceria com o CJF.

Coordenada pelo STF, a TV Justiça divulga informações sobre o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Advocacia e a Defensoria Pública, com uma programação diária de 24 horas.

Assista à TV Justiça pelos canais *Net 10, Sky 29* e *Directv 209*.



## Concurso de Monografias tem nova data de premiação

Devido a compromissos do Presidente Catão Alves e às férias dos magistrados do TRF-1ª Região durante o mês de julho, informamos que a divulgação do resultado do VI Concurso Nacional de Monografias foi transferida para o dia 20 de agosto, e a data da entrega dos prêmios foi adiada para o dia 29 de agosto. O edital com as alterações foi publicado no Diário da Justiça, Seção 2, de 08 de maio de 2003.



Item do edital	Assunto	Datas
15	Divulgação do resultado	20/08/2003
16	Entrega dos prêmios	29/08/2003

## Segurança e Higiene de Trabalho

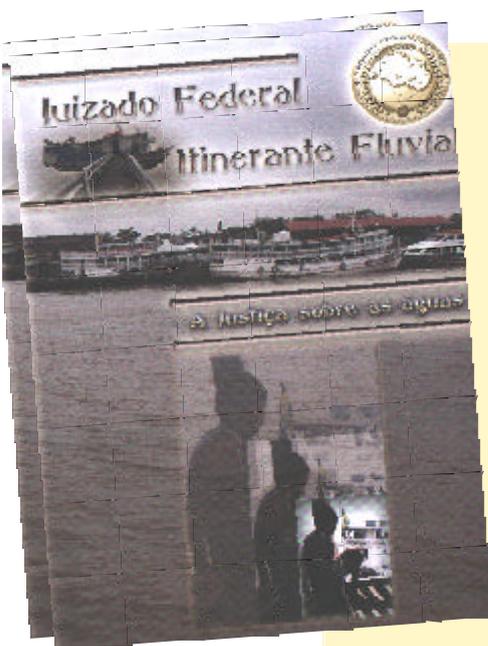
O supervisor da Divisão de Segurança e um dos membros integrantes do PGQVT, Agnaldo Dias de Souza, estará coordenando um grupo a ser formado de servidores da Casa, para discutirem propostas junto à Administração que possam viabilizar soluções a temas relacionados à segurança e higiene no trabalho. Trata-se da Coordenação de Segurança e Higiene do Trabalho.

Se você deseja ser um dos integrantes da Coordenação ou apenas encaminhar sugestões para questões como a falta de vagas nos estacionamentos e melhorar a segurança nas proximidades do Tribunal, entre em contato com Agnaldo pelo ramal 249 ou *e-mail* [diseg@trf1.gov.br](mailto:diseg@trf1.gov.br).

## Documentação dos JEFs

A Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região (Cojef) lançou uma publicação documentando a necessidade e a utilidade dos Juizados Federais Itinerantes Fluviais.

A Des. Federal Selene Maria de Almeida, Coordenadora dos JEFs, redigiu o texto, e a Divisão de Produção Editorial (Diedj) desenvolveu a diagramação e o projeto gráfico da publicação, que traz mapas e fotos do "Justiça sobre as águas", realizado na Bacia Amazônica e na região ribeirinha do Amapá. As fotos são do Juiz Federal Bruno Oliveira e do servidor Carlos Rodrigues/Ascom.



# Justiça Federal do Amapá completa 11 anos e presta homenagem ao Presidente Catão Alves

O auditório da Seção Judiciária de Macapá ficou lotado para comemorar o 11º aniversário da Seccional. Além de Juizes Federais e Servidores da Justiça Federal no Amapá, o evento contou com a presença de seis desembargadores federais do TRF-1ª Região: Presidente Catão Alves, Jirair Aram Meguerian, Antônio Ezequiel, Souza Prudente, Antônio Sávio e Selene Maria de Almeida.

Num breve discurso, o Diretor do Foro, José Magno Linhares, afirmou que aquela era a primeira vez que a Seção Judiciária amapaense reunia tantos desembargadores para comemorar seu aniversário. Aproveitando o momento, agradeceu, também, o apoio do Presidente Catão Alves: “Nós sabemos que ele sempre nos dispensou um carinho especial. De forma simples e informal, cultivou um sentimento de amizade em cada um da Justiça Federal do Amapá” e continuou: “Temos que agradecer também a sua atuação em relação aos Juizados Especiais Federais, que têm nos proporcionado uma nova visão de Justiça”.

O Presidente Catão Alves agradeceu as palavras do Diretor do Foro e afirmou que naquela data estavam vivendo, também, um outro momento histórico. “O convênio firmado com o Tribunal de Justiça do estado para lançarmos o Juizado Federal Fluvial é mais um momento marcante na história desta Seccional. Amapá tem o privilégio de ser o primeiro estado a ter um Juizado Itinerante Fluvial.”

Após os discursos, foram homenageados com a entrega de *bottons* e diplomas os servidores da Seção Judiciária que completaram 10 anos de tra-

balho na Justiça Federal. A servidora Terezinha Leite representou os homenageados e, num discurso emocionado, agradeceu a oportunidade de serem lembrados.

Ao deixarem o auditório, servidores e magistrados participaram de mais uma etapa do evento. Primeiro, foi descerrada uma placa pelo primei-



ro ano de funcionamento dos Juizados Especiais Federais no estado. Logo depois, todos se dirigiram à sala de audiências que, naquela ocasião, ganhou o nome do Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Catão Alves. O Presidente, bastante emocionado, revelou: “Eu tenho lutado incansavelmente pelos Juizados Especiais Federais, e essa homenagem, que foi para mim uma surpresa, é um incentivo para que eu continue lutando por eles, que são, na verdade, a Justiça do futuro.”

Acima, solenidade especial para comemorar o 11º aniversário da Seccional do Amapá. Ao lado, Presidente Catão Alves na sala de audiências que recebeu o seu nome. Abaixo, Terezinha Leite representando os servidores homenageados pelos 10 anos de serviço na Justiça Federal amapaense



Após todas as solenidades, um delicioso coquetel foi oferecido a todos os convidados para encerrar os momentos tão especiais vivenciados naquela data.

ENTREVISTA: ANTONIA ELIANA PINTO

# SERVIDORA DO TRF AGORA É OUVIDORA-GERAL DA REPÚBLICA

Um trabalho que visa aperfeiçoar o serviço público

Por Marcela Correia



**Nomeada há pouco mais de dois meses pelo Presidente da República para exercer o cargo de Ouvidora-Geral da República, Antonia Eliana Pinto, que já foi Juíza Conciliadora no Juizado Especial Cível do DF e Assessora de Desembargador Federal no TRF-1ª Região, tornou-se a representante oficial dos “ouvidos” da Presidência. Como Ouvidora, a ela cabe a responsabilidade de, entre outras ações, receber as denúncias, reclamações, elogios e sugestões realizadas por cidadãos, relativos ao Patrimônio Público Federal. Nessa entrevista, Eliana fala da finalidade e procedimentos da Ouvidoria e afirma que sua principal queixa como cidadã seria o “excesso de burocracia, do tempo que se gasta para executar ações bastante simples, o que leva ao descrédito as instituições do Estado”.**

## **Qual a finalidade da Ouvidoria-Geral?**

Conforme estabelecido no regimento interno da Controladoria-Geral da União (CGU), compete à Ouvidoria-Geral da República: examinar manifestações referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público; produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Federal, com base nas manifestações recebidas; contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e na fiscalização da prestação dos serviços públicos; e congregar e orientar a atuação das demais unidades de ouvidoria dos órgãos e entida-

des do Poder Executivo Federal.

Em suma, a missão deste importante braço do controle interno é contribuir para o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos a cargo de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Para tanto, utiliza como matéria-prima a manifestação do usuário desses serviços, expressa por meio de reclamação, sugestão ou elogio.

## **Que serviços estão disponibilizados pela Ouvidoria para atender aos cidadãos?**

Atualmente, existem dois canais de acesso à Ouvidoria, voltados a captar o nível de satisfação do usuário em relação aos serviços prestados pelos órgãos, agentes e entidades do Poder Executivo Federal: *internet* e *correio*. A manifestação do usuário tanto pode ser feita no formulário disponível no endereço eletrônico da CGU ([www.presidencia.gov.br/cgu](http://www.presidencia.gov.br/cgu)), medi-

ante o *link* “Fale com a ouvidoria geral”, quanto pode ser enviada por meio de correspondência endereçada à SAS Quadra 1, Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro, 8º andar, CEP 70070-905, Brasília – DF.

Além disso, está em fase final de estudo a implantação de um sistema de acesso telefônico direto, do tipo 0800, que deverá responder pela maior proximidade entre a Ouvidoria e o público em geral.

## **Qual o procedimento adotado pela Ouvidoria diante de uma denúncia?**

Como não cabe à Ouvidoria o processamento de denúncias, as que são remetidas a este órgão são imediatamente encaminhadas à Subcontroladoria, que as distribui para uma das três Corregedorias existentes, quais sejam: Instrução, Execução ou Procedimentos.

Já as reclamações, as sugestões e os elogios – manifestações do usuário que

estão sob a competência da Ouvidoria – recebem o seguinte tratamento:

a) se a matéria objeto da manifestação for de competência de alguma ouvidoria já instalada, o caso será a ela encaminhado, o cidadão será notificado desse andamento e sua manifestação será arquivada na Ouvidoria-Geral;

b) se a matéria for da competência desta Ouvidoria e se a manifestação do usuário oferecer os elementos suficientes para a compreensão do problema, a ouvidoria buscará esclarecimentos junto ao órgão implicado, visando descobrir a origem do problema e evitar sua recorrência. Vale dizer que a Ouvidoria não tem poder para determinar a alteração de rotinas: ela atua com base na “Autoridade Moral” e busca dialogar com outros órgãos da Administração, a fim de promover melhoria nos procedimentos que não estão seguindo o padrão adequado;

c) caso a manifestação do usuário não esteja bem fundamentada, a Ouvidoria-Geral entrará em contato com ele para que sejam oferecidos os esclarecimentos necessários;

d) quando a matéria for estranha à competência da Ouvidoria, o caso será arquivado, sendo o cidadão informado do órgão competente para resolver a questão.

#### **Feita a denúncia, de que maneira o cidadão pode acompanhar o andamento das apurações?**

As reclamações, sugestões e elogios, da mesma forma que as denúncias, podem ser acompanhadas pelo cidadão por meio da página eletrônica da CGU ([www.presidencia.gov.br/cgu](http://www.presidencia.gov.br/cgu)). Entretanto, para que o cidadão consiga acompanhar o andamento da sua manifestação, é imprescindível a digitação exata do número do processo, inclusive com ponto e travessão.

#### **Concluído o processo de apuração da denúncia, qual é o Órgão competente para dar continuidade a esse procedimento e de que forma?**

Nos termos da Lei nº 10.683, de 28/5/2003, quando a denúncia é

concluída, poderão ser instaurados vários procedimentos: do processo administrativo à representação junto ao Presidente da República para apurar a omissão das autoridades responsáveis.

#### **Pode-se afirmar que a Ouvidoria funciona como auxiliar da Justiça?**

As Ouvidorias em funcionamento na estrutura de alguns Tribunais de Justiça são unidades que atuam na esfera administrativa, mais especificamente no atendimento do usuário *a posteriori*. Elas têm, basicamente, a missão de ouvir reclamações, sugestões e elogios relativos aos serviços prestados pelos respectivos tribunais,

**“A Ouvidoria atua como um canal para o exercício da cidadania, permitindo que o cidadão se converta em sujeito ativo no processo de fortalecimento dos princípios da Ética e da Transparência na Administração Pública”**

bem como apontar medidas que solucionem os problemas constatados. É importante frisar que esse trabalho não se confunde com o dos juizes, promotores e advogados.

Logo, considerando-se que as demais ouvidorias do Poder Executivo Federal atuam no sentido de aprimorar a prestação de serviços públicos, que as matérias tratadas por estas não resultam em julgamento de mérito; e que o Código de Processo Civil não inclui o profissional de ouvidoria no rol dos auxiliares da justiça, é forçoso concluir que o Ouvidor e sua equipe não são auxiliares da Justiça no sentido estrito.

Entretanto, considerando-se o sentido amplo da expressão “auxiliar da Justiça”, a conclusão pode ser outra. Isso porque o conjunto das ações a cargo das Ouvidorias é fator preponderante para maior conscientização dos direitos e deveres do usuário de serviços públicos, resultando, por via reflexa, em uma relação mais trans-

parente e justa entre a administração e o administrado.

#### **Quais as reclamações mais comuns registradas pela Ouvidoria?**

A Ouvidoria-Geral da República tem características distintas das demais: ela tem como missão primordial fomentar a criação de novas ouvidorias e coordenar aquelas que já estão instaladas, além de fazer o atendimento dos casos referentes aos locais onde não existe ouvidoria.

Contudo, neste primeiro momento, por serem poucos os órgãos da Administração Pública Federal que contam com tais serviços, muitas manifestações chegam até esta unidade. Verifica-se, assim, que o maior número de reclamações relaciona-se ao tempo decorrido para a análise de revisão de benefício previdenciário feito junto ao INSS. Em seguida, aparecem os casos de insatisfação dos usuários em relação a alguns serviços a cargo do Ministério dos Transportes, a exemplo do relato de dificuldades no processo de análise e concessão do Passe Livre Interestadual. Destacam-se, ainda, reclamações referentes à forma inadequada de atendimento ao público por parte de alguns servidores federais.

#### **Há também elogios? Poderia citar alguns?**

Na verdade, ainda não há registro de elogios, e seria simplório atribuir isso à falta generalizada de excelência do serviço público. Há setores que apresentam excelentes índices de satisfação, mas o usuário ainda não sabe a importância da sua manifestação no processo, seja para indicar onde ocorre a inadequação na prestação de serviços, seja para sinalizar onde o Estado está acertando.

#### **Que estratégias a Ouvidoria vem adotando para investigar as denúncias relativas ao crime contra o Patrimônio Público Federal?**

Não cabe à Ouvidoria investigar as denúncias, mas sim à Controladoria, por meio de suas Corregedorias. Estas adotam procedimentos sigilosos, nos termos da Portaria nº 5, de 26 de



junho de 2001, publicada no Diário Oficial de 28/6/2001, visando garantir a segurança do investigador e do investigado, bem como do cidadão que noticiou – por meio de denúncia – alguma irregularidade capaz de lesionar o patrimônio público.

### **Qual o alcance de um crime contra o Patrimônio Público?**

Trata-se de um crime de lesa-pátria, de enorme alcance, que causa grande repulsa social, porque retira do



Estado os recursos destinados à prestação de serviços básicos, prejudicando áreas essenciais, como a saúde e a merenda escolar. Nesse sentido, ele afeta especialmente aqueles que mais dependem dos recursos públicos: os brasileiros mais pobres.

### **O que as estatísticas revelam quanto ao número de denúncias já apuradas e comprovadas pela Ouvidoria?**

Na verdade, ainda não é possível recorrer a estatísticas geradas pelo Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, porque ele está em estágio inicial, em fase de implementação. Contudo, o número relativamente pequeno de manifestações até hoje registradas pela Ouvidoria-Geral revela que o cidadão brasileiro desconhece a existência deste canal de acesso ao Governo Federal. É preciso, pois, divulgar sua existência, bem como a importância da participação popular nessa instância para a efetiva melhoria do serviço público. Somente depois de serem concretizadas as ações de ordenação desse Sistema é que se poderá esperar a geração de estatísticas

capazes de balizar, de algum modo, o desenho das políticas públicas.

### **Fazendo um paralelo com a figura dos olhos e ouvidos do rei, presente na Idade Média, a Senhora representaria, atualmente, os ouvidos do Presidente da República. Nesse contexto, essa relação de “feed-back” com o público o ajudará na implantação de novas políticas de governo?**

Os persas, ao se fixarem no leste da Mesopotâmia, adotaram um sistema eficiente de comunicação e administração. O império era dividido em satrapias, algo como os estados, e cada satrapia era governada por um sátrapa e fiscalizada por pessoas denominadas “olhos e ouvidos do rei”.

No Brasil, historicamente, a designação de Ouvidor remonta ao período colonial. Naquela época, o Ouvidor era um auxiliar direto dos donatários das capitânicas hereditárias, nomeado para a função de juiz. Em 1548, com a criação do Governo-Geral do Brasil, surgiu a figura do Ouvidor-Geral, com as funções de corregedor-geral da Justiça em todo o território colonizado.

Hoje, a Ouvidoria incorpora um outro papel: ela atua como um canal para o exercício da cidadania, permitindo que o cidadão se converta em sujeito ativo no processo de fortalecimento dos princípios da Ética e da Transparência na Administração Pública. Com base na manifestação do usuário, ela pode indicar onde a Administração Pública exerce suas atividades com maior ou menor eficiência, constituindo, assim, um verdadeiro banco de dados de informações estratégicas para orientar os governos quando da formulação de políticas públicas.

### **De um lado, o cidadão; do outro, o Governo Federal. Como a Senhora administra isso?**

Exerço atividade típica de mediadora de conflitos. Não posso deixar de responder ao cidadão em sua manifestação. Tampouco desconheço as dificuldades para administrar um Estado que se herdou com a tradição do

trato da coisa pública como algo privado. A fim de contribuir para a modificação dessa realidade, devo atuar com bom senso e transparência, visando promover a melhoria na prestação do serviço público no âmbito do Poder Executivo Federal.

### **Qual seria a sua conduta caso surgissem denúncias contra o Presidente da República?**

No caso de uma denúncia contra o Presidente da República, a autoridade competente para dela tomar conhecimento é o meu superior hierárquico, o Ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires.

### **Como cidadã, qual seria a sua principal queixa caso procurasse a Ouvidoria?**

Creio que me queixaria do excesso de burocracia, do tempo que se gasta para executar ações bastante simples, o que leva ao descrédito as instituições do Estado.

### **A Senhora tem algo a dizer para o cidadão que muitas vezes se sente injustiçado e deixa de lutar pelos seus direitos porque se considera desamparado?**

Gostaria de pedir a esse cidadão que procure a Ouvidoria. Com a ajuda dele, podemos construir um canal de diálogo efetivo entre a administração pública e os usuários do sistema. Também é importante que se lembre que ele – melhor do que ninguém – conhece as falhas existentes na prestação do serviço público e pode ajudar a melhorá-lo de fato.

Nós brasileiros e brasileiras somos um povo em ser, na dura busca de seu destino. Um povo mestiço na carne e no espírito. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo.

Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização orgulhosa de si mesma. Tarefa muito difícil e penosa, mas também bela e desafiante.

Vale a pena acreditar que é possível participar deste processo de construção, afinal, somos uma nação tropical, generosa e ainda assentada na mais bela e luminosa província da Terra. ■

# PGQVT disponibiliza massagem expressa



A massagem, como é do conhecimento de todos, serve como terapia. Mas o que a maioria das pessoas não sabe é que a prática constante auxilia no crescimento – no caso de crianças –, na redução de dores e problemas com autoimunidade, no aumento das funções pulmonares na asma e na diminuição dos níveis de glicose em diabéticos; melhora a função imunológica, a performance e a agilidade corporais, entre outros.

O melhor de tudo isso é que essa atividade está ao alcance dos magistrados, servidores, estagiários, dependentes, prestadores de serviço e visitantes da Casa, por intermédio do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT), desde o dia 26 de maio, por tempo indeterminado.

Veja abaixo todas as informações necessárias sobre a Massagem Expressa no TRF-1ª Região:

MASSAGEM EXPRESSA no TRF-1ª Região - 2003			
Quadro de Horários e Massagistas			
Dia	Horário	Local	Massagistas
Segundas-feiras	13h às 17h30	Hall do Plenário, em frente à copa. Ed.-Sede	Patrícia e Vinícius
Quartas-feiras	12h às 16h	Ed. Adriana 1º Subsolo	Tereza
Sextas-feiras	10h às 11h30 e 12h30 às 16h	Hall do Plenário, em frente à copa. Ed.-Sede	Patrícia – de 10h às 16h. Vladimir – de 10h às 13h45 Vinícius – de 14h às 16h



Valores	
Pacote com 5 massagens	R\$ 34,00
Massagem avulsa p/ trabalhadores do TRF	R\$ 8,00
Massagem avulsa p/ visitantes	R\$ 10,00

Para agendar sua massagem, ligue diretamente para os Massagistas:

- Patrícia: 326.3757/ 925.3035
- Vladimir: 568.4698/ 935.6012
- Vinícius: 943.4979/ 273.5051
- Tereza: 322.1297/ 942.7625

Obs: apenas nos dias e horários em que as massagens estiverem acontecendo, ligue nos ramais 390, 494 ou 230, deixando o nome e ramal, que um dos massagistas retornará e fará seu agendamento.

## Dia das mães no Centrejufe

Comemoração é realizada com sucesso e satisfação

No dia 25 de maio, as mães do Tribunal puderam comemorar o seu dia no Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe). Filhos, mães, pais e netos de servidores estiveram no evento, sentados às mesas decoradas com flores, ao som de música ambiente, que começou do clássico e foi esquentando até chegar ao forró.

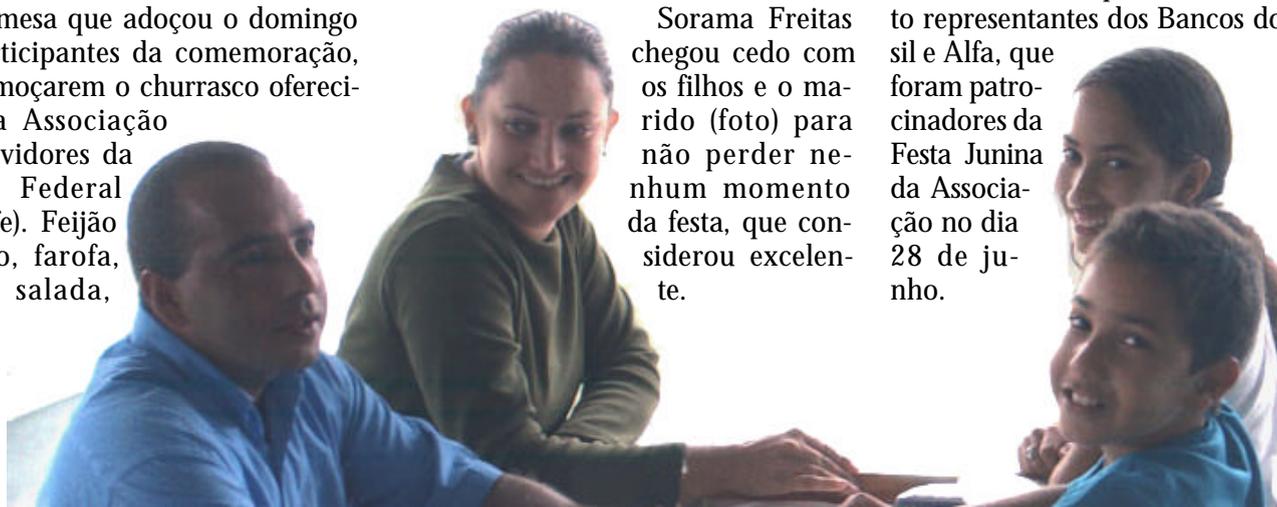
Banana flambada com sorvete foi a sobremesa que adoçou o domingo dos participantes da comemoração, após almoçarem o churrasco oferecido pela Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejufe). Feijão tropeiro, farofa, arroz, salada,

mandioca, carne, frango e lingüiça foram as iguarias servidas pelo bufê contratado, Churrasco e Cia. Sob a “maestria” do *Chef Executive* Fernando Felisberto, nada faltou aos convidados, servidos por garçons da mesma empresa, todos uniformizados. Para beber? refrigerante, água, cerveja e caipirosca, com baixo teor alcoólico, à vontade.

Sorama Freitas chegou cedo com os filhos e o marido (foto) para não perder nenhum momento da festa, que considerou excelente.

“Foi um agradável domingo! Tive a oportunidade de comemorar o Dia das Mães por duas vezes, no dia 11 de maio, com todos os filhos, e no dia 25, no Clube, ao lado de minha neta e da minha filha, em um tranquilo ambiente”, afirmou D. Terezinha Nunes, mãe de servidora do TRF da Primeira Região.

Também compareceram ao evento representantes dos Bancos do Brasil e Alfa, que foram patrocinadores da Festa Junina da Associação no dia 28 de junho.



# É Proibido Fumar

Por ano, morrem cerca de três milhões de pessoas em todo o mundo vítimas de doenças associadas ao fumo. Somente no Brasil, esse número chega a 100 mil pessoas por ano, o que equivale a oito a 10 mortes por hora, todas relacionadas diretamente



Marco Antônio Couto lê a placa enquanto aguarda o elevador

ao consumo de cigarros. O curioso é que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS, o tabagismo é considerado a principal causa de morte evitável.

Câncer, doenças coronarianas, cerebrovasculares, pulmonares são alguns dos males a que estão sujeitos os que fumam.

Ignorar os riscos passou a ser uma opção, já que fumantes e não-fumantes não podem alegar desconhecimento dos prejuízos científica e estatisticamente comprovados que o fumo provoca à saúde.

A força dos meios de comunicação mostrou-se voraz quando, através da publicidade, a mídia convenciu milhões e milhões de jovens em todo o planeta a realizarem suas fantasias e a conquistarem espaço de destaque na sociedade com o simples ato de fumar.

O cigarro é apresentado ao jovem, ávido de afirmação, como um passaporte para o mundo adulto, para o sucesso, para o *glamour*, para a sensualidade e para a liberdade. A inconseqüência dos fabricantes de cigarros é deliberada, já que eles têm consciência de que a nicotina gera dependência orgânica e, ainda assim, investem nas mais diversas estratégias para atrair novos fumantes. Eles tentam convencer as autoridades governamentais a reconhecerem a importância da indústria do fumo para a economia do País apontando os números quanto a receitas e empregos por eles gerados.

Todo esse *lobby* parece não estar

mais produzindo os efeitos esperados pelas indústrias tabageiras. Convencidos de que os prejuízos decorrentes do tabagismo são superiores às questões econômicas, até porque os gastos com as vítimas de fumo acabam sendo enormes, alguns governos lançam campanhas e estratégias para combater o uso do cigarro.

No Brasil, existe legislação específica que restringe desde a propaganda comercial do tabaco e do fumo a locais apropriados – “fumódromos” – até a proibição de fumar em aeronaves e em locais públicos. Desde fevereiro, os maços de cigarros estão sendo comercializados contendo, nas embalagens, cenas dos males que o uso do cigarro provoca.

No TRF da 1ª Região, a Administração da Casa confeccionou 100 placas com o aviso “É proibido fumar” e instalou-as em pontos estratégicos do TRF. A Divisão de Assistência à Saúde – Diasi promoveu, na semana de 22 a 25 de abril, uma campanha de sensibilização contra o tabagismo. Foram colocados cartazes em todos os banheiros do Órgão contendo orientações e alertando sobre os perigos do fumo.

\* Dados estatísticos extraídos da página [www.actionlaser.com.br/tabagis.htm](http://www.actionlaser.com.br/tabagis.htm)

## SE VOCÊ QUER PARAR DE FUMAR, PROCURE UM DOS SERVIÇOS ABAIXO

### Unidades de referência no tratamento de fumantes no DF:

Centro de Saúde nº 07, Brasília, L2 Sul 612  
Tel: 345-2873 (Jeane ou Ana Lúcia)

Centro de Saúde nº2 do Gama – Quadra 11, Lote A, B, C, D, E E - Área Especial Sul do Gama  
Tel: 556-5678 (Virgínia e Ivana)

Hospital Regional da Ceilândia  
Tel: 376-1335 (Sandra)

Centro de Saúde Núcleo Bandeirante  
Tel: 552-2044/  
552-3411 (Igione)

Centro de Saúde Recanto das Emas  
Tel: 334-2975 (Luzia)

Centro de Saúde Santa Maria  
Tel: 395-2742 (Vera Lúcia e Cíntia)

Hospital Universitário de Brasília – HUB  
Tel: 448-5280/ 4485526  
(Dr. Viegas e Raquel)

# Controle externo do Poder Judiciário

Mônica Sifuentes\*

Pandora foi modelada por Zeus como um presente aos mortais. A sua beleza exterior ocultava, no entanto, os defeitos que os gregos atribuíam às mulheres em geral: egoístas, mesquinhas e enganadoras. Como o *cavalo de Tróia* – por fora, bela viola, por dentro... Mas foi como donzela que Pandora desposou Epimeteu (irmão de Prometeu, aquele que roubou dos deuses o fogo, para entregá-lo aos homens). Certo dia resolveu mexer no depósito do marido, encontrou um baú escondido e o abriu. Sua leviana curiosidade permitiu que fossem liberados da famosa caixa todos os males que assolam a humanidade. Lá no fundo ficou a esperança.

Da cabine de comando desse avião chamado Brasil, o Presidente da República afirma ser preciso abrir a “caixa preta”, que se supõe conter as mazelas de uma parte do próprio avião. Seria assim, mal comparando, como abrir apenas o motor, a bateria, ou verificar a fuselagem. Ninguém ignora que a *caixa preta* possa registrar os defeitos de uma parte do avião, como também é certo não ser o Judiciário, um dos poderes *independentes e harmônicos* da República Federativa do Brasil, o único a precisar de uma vistoria.

Daí, por que a reforma que se pretende no Judiciário não será bastante, se não for precedida de uma visão ampla de todo o aparelho estatal, ao qual pertence.

Repensar o modelo de Estado, nesse limiar de novo milênio, é a maior tarefa a que todos nós, membros dos três poderes, estamos inevitavelmente convocados. A doutrina da rígida separação de poderes, que serviu bem ao liberalismo econômico e social dos séculos XVIII e XIX, apresenta-se hoje francamente anacrônica, segundo sustenta a moderna teoria constitucional. A tradicional incomunicabilidade, especialmente nos países que seguiram o modelo de Estado francês, vai sendo substituída gradativamente pela cooperação, harmonia e equilíbrio, sem uma linha divisória nítida ou intransponível entre as funções tradicionais de legislar, administrar e julgar.

Nessa perspectiva, a própria necessidade de outros mecanismos de controle, a par do sistema de *checks and balances*, é sinal vermelho para aquilo que os especialistas já apontaram como indicativo de falência do próprio Estado: a falta de confiança do povo em suas autoridades constituídas.

Controles sobre o Poder Judiciário, especificamente, já os temos muitos. Vale lembrar que o concurso público para os cargos de juízes tem participação efetiva da OAB, por disposição constitucional. O juiz é fiscalizado pelas partes, pelos seus advogados, pelos membros do Ministério Pú-

blico. Os julgamentos são públicos, as decisões devem ser fundamentadas. Um quinto dos tribunais é formado por juristas oriundos do Ministério Público e da advocacia (no STJ, a proporção é de um terço). Apesar de gozarem de autonomia administrativa e financeira, a contabilidade dos tribunais está submetida ao Tribunal de Contas. Na Justiça Federal, fazemos inspeção anual em nossas secretarias, com a participação do Ministério Público e da OAB.

Os recentes casos de corrupção no seio do poder serviram para despertar, no entanto, a face visível da ferida, a constatação de que os controles existentes não foram capazes de assegurar a confiança da população. De uma hora para outra, nós nos transformamos na própria Pandora.



Pandora, deusa grega que abriu o baú de seu marido às escondidas

Apesar de tudo, a maioria esmagadora dos juízes temos lutado para cumprir o nosso objetivo: ser o árbitro imparcial, a voz da justiça, servidores do povo e da pátria. Magistrados que abraçamos a carreira com idealismo e coragem, não tememos qualquer controle. A justiça que queremos é comprometida com os ideais da República brasileira de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Para ela trabalhamos duro. Cumpre-nos, no entanto, colaborar com a almejada democratização do poder que é, ao fim e ao cabo, o instrumento da realização da justiça e da paz social, com que nós sonhamos. E uma instituição que medita sobre si própria, que tem a coragem de refletir sobre seus erros e acertos, é uma instituição viva, que progride, que faz da crise momento de renovação.

Abrir a caixa, porém, não pode ser um desprezioso ato de curiosidade. Os nódulos da doença que corrói o Estado em processo metastático exigem profilaxia adequada. Não vamos permitir que nos roubem a esperança...

\* Juíza Federal em Brasília/DF, Mestre em Direito Econômico pela UFMG, Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal.

## Gente em Destaque

# Mente sã, corpo são

Ana Carolina de Araújo Pereira nasceu em Brasília. Suas origens se encontram na boa terra de Jorge Amado, dos Caymmis, dos Velosos e de tantos outros que cantaram e vivem sua baianidade. Sua mãe é de Salvador, e seu pai, de Paulo Afonso, em Tocantins.

Carol, como é conhecida, cursa o quarto semestre de Relações Públicas no Iesb e faz estágio no TRF-1ª Região, na Assessoria de Representação Social, desde o primeiro semestre deste ano. Ela confessa nunca ter sido muito adepta de esportes, mas essa situação mudou nas férias de 98, quando foi à Bahia e encantou-se com as rodas de capoeira, tão comuns no lugar. Os golpes, o gingado, o som do berimbau despertaram em Carol o seu lado artístico. Um dia, já em Brasília, ela resolveu acompanhar uma amiga que fazia capoeira no Clube dos Previdenciários e, a partir daí, Carol não parou mais. Empolgada, começou a treinar diariamente e recebeu seu batismo

dois meses depois. Ela lembra: estava com receio; havia um público imenso, meus pais, minha família, amigos; e eu não queria falhar”.

Carol ostenta hoje a corda laranja e prepara-se para a próxima troca, que deverá ocorrer em agosto. Atualmente está mais difícil treinar, pois seu horário está um pouco apertado com os estudos pela manhã, o estágio das 14 às 18 horas e, às 19h30min, os treinos. Por causa da capoeira, ela tem cuidado melhor da alimentação, evitando frituras e dando preferência a alimentos saudáveis. A capoeira, antes de mais nada, funciona como terapia. “Quando me sinto estressada, vou aos treinos e me liberto”, diz, convicta. Apelidada pelo seu professor de capoeira, “Chumbinho”, de “Corujinha”, por semelhança a uma coruja – calada e observadora –, Carol não abandona a capoeira e conquista, a cada dia, uma legião maior de fãs, encantados com a sua ginga e seu olhar angelical.



A estagiária Carol encontrou na capoeira a sua terapia

## Jóias de parede

Exposição “Convergência”, de quadros e esculturas, alegra Espaço Cultural do Tribunal

No dia 19 de maio, o Espaço Cultural do TRF-1ª Região recebeu a escultora Zara Carloni em coquetel de abertura da exposição de seus trabalhos, que puderam ser vistos até o dia 30. Quem foi ao evento pôde ouvir a apresentação da filha e do sobrinho da expositora, Camila Carloni Gaspar e Alexandre Avelino Pereira.

Em princípio, a artista plástica trabalhava como ourives, o que a levou a inspirar-se nas jóias para criar suas obras. Da utilização de pedras naturais, metais, madeiras, vidros e espelhos, veio a vontade de fazer montagens de parede, surgindo, então, as esculturas.

Em outro momento, Zara Carloni passou a utilizar tela e ferro em suas obras; foi quando criou o quadro “rompendo limites” (foto). Ela considera que os quadros possuem menos restrições que as esculturas quanto à sua utilização, pois aqueles podem ser colocados nas paredes, e estas não.

Foi demonstrando essa evolução que Zara Carloni expôs seus trabalhos, por ela considerados “jóias de parede”.



# Centrejufe: obras em andamento



Obras do Centrejufe seguem rigorosamente a previsão do cronograma da Dieng

Quem chega ao Centrejufe se depara com uma equipe de operários impondo ritmo às ferramentas e maquinário que estão modificando a estrutura tradicional do Clube. As obras de implantação do Centro de Treinamento foram iniciadas em janeiro de 2002 e, segundo a Divisão de Engenharia, cumprem rigorosamente o cronograma de execução estabelecido para que a inauguração aconteça entre janeiro e fevereiro de 2004.

No bloco I, destinado ao auditório e salas de treinamento, a estrutura dos dois pavimentos já se encontra pronta, restando a instalação da estrutura metálica da cobertura e o próprio telhamento.

No bloco II, a parte destinada ao restaurante está com a estrutura completamente executada. Quanto à parte desti-

nada aos alojamentos, em três pavimentos, com varandas voltadas para o lago, restará concluir; também no mês de julho, a estrutura e a concretagem da laje de cobertura do último nível.

A disputa por uma vaga na hora de estacionar o carro no Centrejufe terminou. A conclusão das obras de ampliação do estacionamento superior, locali-

zado ao lado da portaria principal, garantiu aproximadamente 120 novas vagas para os usuários.

A Dieng informou que, ainda durante o mês de julho, será iniciada a execução da subestação de energia, de uma nova guarita para controle do acesso ao clube e realizada a compra do grupo gerador para o complexo.

## Falando em obras...

A pequena Tabatinga (AM), que faz fronteira com a cidade colombiana de Letícia, além de ser uma das principais rotas do narcotráfico, é um grande desafio para a Justiça Federal no combate a esse crime. O TRF-1ª Região está erigindo um prédio onde serão instaladas duas Varas Federais. Os recursos para a construção – três milhões de reais – foram doados pelo Governo amazonense após celebração de convênio entre essas duas Instituições.

Dados da Dieng revelam que a área construída de 2.640m<sup>2</sup> comportará, além das duas Varas, duas residências para juízes federais e um alojamento para 28 servidores, estando prevista a construção de mais um alojamento assim que forem liberados recursos para esse fim.

Tendo sido realizado o contrato no início de 2002 para que a obra fosse executada em 12 meses, o edifício estaria sendo implantado num terreno que “apresentava baixíssimos níveis de capacidade de carga, além de um lençol freático aflorado, condições similares a um charco”, explicou o Diretor da Dieng, Luiz Otávio

Montezuma. Mas os desafios estavam apenas começando:

**Sobrecamada de solo firme:** a baixa capacidade de sustentação do solo existente demandou a construção de valetas para rebaixamento do lençol para que, em seguida, fosse lançada uma camada espessa de areia formando um colchão sobre o qual os bate-estacas conseguiriam trabalhar para iniciar as fundações das edificações.

**Distância:** de Manaus a Tabatinga gastam-se três horas de avião, mas são as barcas o meio utilizado para transportar todo o material e maquinário de Manaus ou Belém até Tabatinga, em três a quatro semanas, “um dos fatores que, junto ao desafio das fundações, implicou o atraso inicial da obra”, revelou Luís Otá-

vio.

**Retomada do ritmo de execução:** em fevereiro deste ano, a Administração do Tribunal esteve reunida com o proprietário da empresa contratada, Econcel, o que resultou na retomada do ritmo de construção originalmente previsto em contrato. A partir daí, um novo cronograma físico-financeiro estabeleceu sua conclusão para setembro de 2003, e os serviços vêm sendo executados rigorosamente dentro do prazo.

Entre tantos desafios a serem superados, o engenheiro Luiz Otávio lembra ainda a necessidade de construção de uma miniestação de tratamento de esgoto, pela impossibilidade de lançamento em fossas sépticas (devido ao nível elevado do lençol freático), bem como da implantação de uma central geradora de energia, em função da forte descontinuidade de seu fornecimento pela concessionária do estado do Amazonas. “Nunca imaginamos que um dia nos envolveríamos com construções em regiões tão inóspitas; algo diferente de tudo que fizemos até hoje”, comentou o engenheiro.



Obras das duas Varas Federais em Tabatinga

## Naquela agulha que afina

- José! Vem ver!

José levantou muito a contragosto do sofá, bem no meio do jogo de futebol que assistia na televisão e foi ver o que era. Sabia ser inútil pedir à mulher que esperasse. Nádia não conseguia esperar por nada.

Quando chegou ao banheiro, encontrou-o todo alagado. Deu uma olhada na pia, no chuveiro, na privada e não conseguiu identificar de onde vinha a água. Encanador que era, ficou instigado com o problema, como ficaria um matemático a quem fosse apresentada uma equação de difícil solução.

O jogo acabou, e o Fantástico veio encontrar José todo suado, caixa de ferramentas ao lado, desmontando instalações e remexendo em canos. Tarde da noite, não tendo ainda detectado o problema, resolveu ir deitar.

Nádia se mexeu na cama:

- E aí? Resolveu?

- Ainda não. Amanhã dou uma olhada melhor.

- Sei. E a gente passa o dia inteiro com o banheiro molhado. Se for o caso, a gente chama um encanador.

Mulherzinha intragável, pensou e dormiu.

O trabalho puxado na segunda-feira fez com que José esquecesse seus problemas domésticos. No entanto, quando voltou para casa e encontrou a mulher de cara amarrada, lembrou-se imediatamente do banheiro.

Logo após o jantar, ferramentas na mão, para lá se dirigiu.

Horas mais tarde, não tendo resolvido coisa alguma, foi deitar.

- E aí? Resolveu?

- Não.

- E eu é que fique o dia inteiro passando o pano, né? O que a gente tem que fazer é chamar um encanador.

Assim foi durante toda a semana. Por mais que José se esforçasse, nem de onde vinha a água, ele conseguia saber. E a mulher com a ameaça diária de chamar um encanador.

Ora, ele era encanador! E dos bons! Além do trabalho, onde era respeitado por chefes e colegas por sua competência, sempre tinha bicos para fazer nos fins de semana porque era muito requisitado na vizinhança.

Aquilo foi minando sua confiança, como uma agulha que fosse afinando. A alagação no banheiro foi virando uma obsessão.

A mulher não dava sossego. Dizia que ele nem para

isso servia; que só sabia cuidar das coisas dos outros, e das deles, nada. Já que ele não se esforçava, deixasse ao menos que ela chamasse um encanador de verdade, repetia.

O tempo passava. José não conseguia mais dormir. Tampouco conseguia trabalhar, esperando ansiosamente a hora de ir para casa e entrar no maldito banheiro.

O casamento, que já estava meio mal, que nunca foi verdadeiramente bom, entrou numa crise sem precedentes. E a agulha afinando cada vez mais.

O banheiro já estava intransitável porque José, cada dia procurando uma solução diferente, tinha quebrado azulejos, tirado o vaso do lugar, trincado a porcelana da pia.

Nunca antes tinha sentido uma angústia tão grande. Fisicamente estava um trapo: magro, com olheiras, a barba por fazer. Mas o pior mesmo era o rombo que havia se aberto na sua autoestima.

No entanto, de repente, do fundo de sua depressão, começaram a surgir uns pensamentos estranhos. Passou a questionar toda a sua vida, e desse questionamento brotaram revelações.

Definitivamente não gostava de Nádia; aliás, não conseguia nem ao menos suportá-la. Não gostava também daquela casa; havia dito isso à mulher na hora da compra, mas ela nem ligara. Sua vida era totalmente medíocre; não fazia nada além de assistir televisão e trabalhar. Filhos não tiveram porque Nádia não quis. E pensando bem, também não gostava de ser encanador; queria, na verdade, ter feito uma faculdade e virado “doutor”.

A angústia começou a passar. Um dia, acordou cedo, fez a barba, colocou a melhor roupa. Aproveitou que Nádia havia saído para fazer a feira; pegou papel e caneta e escreveu o seguinte bilhete: “Pode chamar o encanador”. E foi embora.

Muito tempo depois se soube dele. Estava feliz, tinha se casado novamente e tido três filhos. Estudou, fez vestibular e formou-se em Direito. Como advogado ganhou muitas causas e se não ficara rico, podia se dizer que vivia muito bem. Nem se lembrava mais da época em que era encanador. Vivia repetindo para si: “naquela agulha que afina, pode-se encontrar o mundo”.

**Selena Lôbo de Carvalho**

Diretora da Divisão de Análise e Registro de Jurisprudência - Diaju

# Encontro promovido pela Ajufer reúne mais de cem juízes federais em Macapá



De 21 a 24 de maio, a cidade de Macapá foi sede do I Encontro de Estudos realizado pela Associação dos Juizes Federais da 1ª Região. O evento, que aconteceu no salão principal do Ceta Eco Hotel, reuniu mais de cem juizes federais e contou com a presença de procuradores e advogados da região norte e de Brasília. Oito desembargadores federais do TRF-1ª Região também participaram do evento: Presidente Catão Alves, Jirair Aram Meguerian, Cândido Ribeiro, I'talo Mendes, Carlos Olavo, Antônio Ezequiel, Souza Prudente, Antônio Sávio e Selene Maria de Almeida.

O evento foi marcado pelas importantes palestras em torno de temas atuais, como reforma tributária e Juizados Especiais Federais, e por debates voltados para questões agrárias, como trabalho escravo, grilagem de terras e desapropriação para fins de reforma agrária.

No primeiro dia do encontro, foi realizada uma sessão solene de abertura, que contou com a participação do governador do estado, Waldez Góes. O Presidente do TRF-1ª Região, Catão Alves, ao usar da palavra, parabenizou o estado pela forma acolhedora com que recebeu os participantes do evento, bem como a Presidenta da Ajufer, Solange Salgado, por ter conseguido reunir mais de cem juizes federais no encontro. "Só o número significativo de juizes federais aqui presentes já garante o sucesso deste evento", afirmou. Também lembrou a todos que "a Ajufer não se opõe à Ajufe, mas, diante do crescimento da Justiça Federal do Brasil, surgiu para, em trabalho de cooperação, auxiliar a Ajufe no desempenho de suas funções". Por

sua vez, a Juíza Federal Solange Salgado fez um agradecimento especial ao Presidente do TRF-1ª Região pelo apoio ao evento e ao Diretor do Foro da Seccional do Amapá, José Magno Linhares, pelo empenho despendido para a realização do encontro.

Dois importantes palestras foram realizadas após a abertura do evento. Primeiro, o Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, falou sobre a Reforma Tributária, afirmando na ocasião: "Precisamos corrigir as distorções em busca de uma justiça tributária"; em seguida, o Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional, Francisco Tadeu, falou sobre Compensação Tributária.

No segundo dia do evento, foram apresentados os painéis "Contribuição Social para o Incra e Contribuição Social Rural - Funrural", por José Delgado, Ministro do STJ, e Luciano Bicalho, Procurador do Incra, e "Populações Tradicionais, trabalho escravo e meio ambiente", pelos Procuradores Carlos Marés, Denise Túlio e pelo advogado do Ministério do Trabalho Marcelo Gonçalves. Na parte da tarde, foram debatidos os temas "Grilagem de terras" - com os painelistas José Carlos do Vale Madeira, Juiz Federal, e Ridalvo Machado, Procurador do Incra - "Superindenação em desapropriação para fins de reforma agrária" - com a

advogada Renata Furtado e o Desembargador Federal Cândido Ribeiro - e "Processo de Desapropriação (antecipação de tutela)", com o Desembargador Federal Souza Prudente.

Já no terceiro dia do evento, aconteceu um trabalho de campo com os juizes vinculados ao Juizado Especial que participaram do primeiro Juizado Federal Fluvial. Foram também realizadas mesas de trabalho entre juizes e procuradores do Incra. Na parte da tarde, um fórum de debates, coordenado pelo Desembargador Federal I'talo Mendes, discutiu propostas de atuação apresentadas por juizes e por Procuradores. Também aconteceu, à tarde, a palestra "Juizado Especial Federal Criminal Itinerante", proferida pelo Juiz Federal Jorge Gustavo e, ainda, a conclusão dos trabalhos de campo dos Juizados Especiais, coordenado pela Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida.

Na parte da noite, houve a sessão solene de encerramento. A Juíza Federal Solange Salgado agradeceu a presença de todos e disse que a finalidade do encontro foi o debate de temas do dia-a-dia com vistas a um ponto mais satisfatório de atuação. "Que os temas aqui discutidos possam contribuir com o avanço de nosso país", desejou ao finalizar o evento.

**Coordenadora dos JEFs, Selene Maria de Almeida; Presidente Catão Alves; Presidente da Ajufer, Solange Salgado; Vice-Presidente do TJ/AP, Mário de Queiroz; e Governador do Amapá, Waldez Góes**



# Seções Judiciárias

## RR RORAIMA RR

### Testemunhas depõem sobre tráfico internacional de drogas

O juízo da 5ª Vara Federal de Goiás encaminhou carta precatória à Seção Judiciária de Roraima, solicitando a oitiva de 22 testemunhas arroladas pela defesa nos autos do processo de investigação do tráfico internacional de drogas. Entre os 36 acusados encontram-se Luiz Fernando de Souza, o Fernandinho Beira-Mar, e Leonardo Dias Mendonça.

Durante quatro dias, o juiz federal Helder Girão Barreto ouviu as testemunhas, com a presença do procurador da República em Roraima Carlos Fernandes. Foram mais de quinze horas de depoimentos, cujo teor será encaminhado ao juízo de Goiás para inclusão no processo.

O processo é fruto das investigações da chamada Operação Diamante, desencadeada pela Polícia Federal em todo o território nacional. Foram mais de três anos de trabalho, com resultados surpreendentes.

Leonardo Mendonça tem negócios em Roraima desde a época do garimpo, na década de 80. Dois irmãos seus, também réus no mesmo processo e há anos radicados no estado, são proprietários de casas comerciais na capital.

### Aniversário da Seccional

No dia 15 de maio comemorou-se o 11º aniversário de instalação da Justiça Federal no Estado de Roraima. Várias atividades marcaram a data. Houve a inauguração da cobertura da garagem externa do edifício-sede; homenagem, com placa de prata, ao ex-gerente do Posto de Serviços da CEF na Justiça Federal, Zulmar Cardoso; o lançamento da edição nº 5 da revista Norte Jurídico, uma parceria com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado; e palestra com consultor jurídico do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, João Batista Fagundes, comentando a lei que permite ao Presidente da República determinar, no espaço aéreo brasileiro, o abate de aeronaves consideradas hostis. Como última atividade, foi lançado o livro "A justiça do Comandante", de autoria do advogado João Fagundes.



Abaixo, João Fagundes autografa seu livro. Ao lado, O juiz federal Helder Girão Barreto, com o juiz federal Giovanni Morgan, inaugura a cobertura da garagem externa do edifício-sede.



## MT MATO GROSSO MT

### Juízes Federais foram ao Uruguai interrogar réus

Foi a primeira vez que juízes brasileiros participaram de interrogatório no exercício da jurisdição em outro país. Isso só pôde ser feito mediante a aplicação do Protocolo firmado entre Brasil, Uruguai e Argentina de Cooperação Judiciária Penal Internacional, assinado em 26/06/1996 e homologado pelo Decreto nº 3.468, de 17/5/2000.

A audiência na qual foram interrogados os réus João Arcanjo Ribeiro, Silvia Chirata Arcanjo Ribeiro e Adolfo Oscar Olivero Sesine foi realizada no dia 05 de junho, no *El Juzado Letrado en lo Penal de 10º Turno de Montevideo*. O Juiz Federal Julier Sebastião da Silva, da 1ª Vara/MT, ouviu os réus nos processos de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, porte ilegal de armas e receptação de produtos contrabandeados; e o Juiz Federal Cesar Augusto Bearsi, da 3ª Vara/MT, o réu João Arcanjo Ribeiro nos processos que apuram a exploração das máquinas caça-níqueis, homicídio, tentativa de homicídio e sonegação fiscal.

Presentes aos interrogatórios estavam os Procuradores da República José Pedro Taques, Procurador-Chefe em Mato Grosso, e Guilherme Schelb, da Procuradoria da República do Distrito Federal, delegados e agentes federais.

## BA BAHIA BA

### Simpósio Jurídico

Foi realizado, no período de 22 a 24 de maio, o Simpósio Jurídico "O Novo Código Civil e os Contratos de Seguros", promovido pela Associação dos Juizes Federais, com o apoio do Conselho da Justiça Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Seção Judiciária da Bahia. Na sessão de abertura, durante o seu discurso, o Presidente da Ajufe ressaltou a importância da aproximação e colaboração de outros órgãos e instituições com a Associação, promotora do evento. Sobre a temática em discussão, o Presidente ressaltou o quanto o Novo Código Civil valorizou o contrato de seguro, conferindo-lhe um maior nível de detalhamento.

## TO TOCANTINS TO

### Onze anos de instalação

No dia 8 de maio de 2003, a Seção Judiciária do Estado de Tocantins comemorou seu décimo primeiro aniversário de instalação, com a realização da III Jornada Jurídica da Justiça Federal de Tocantins, cerimônia oficial e premiação de incentivos funcionais.

O Diretor do Foro, Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, em seu pronunciamento, ressaltou o empenho dos magistrados e servidores na prestação jurisdicional. Logo em seguida, o Diretor do Foro passou a palavra ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Tocantins e ao Secretário de Cidadania e Justiça do Estado, que congratularam a Justiça Federal pelo êxito de suas atividades nos 11 anos de presença em Tocantins.

### III Jornada Jurídica

A III Jornada Jurídica da Justiça Federal de Tocantins foi aberta pelo Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (foto), Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado, no dia 08 de maio, que afirmou ter o evento como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento jurídico dos participantes, propiciando debates sobre temas atuais e de relevância jurídica. O Juiz ressaltou o sucesso da Jornada, haja vista que as 250 vagas disponibilizadas foram preenchidas no segundo dia de inscrição; informou que as latas de leite em pó arrecadadas como taxa de inscrição serão doadas ao programa Fome Zero, do Governo Federal, e estendeu até o final de maio a campanha de arrecadação de leite em pó, deflagrada pela III Jornada Jurídica.

## MG MG MINAS GERAIS MG

### Subseção de Uberlândia

#### Novos magistrados e nova Diretora

Foi realizado no dia 25 de abril, na Seccional, um coquetel de frios em face da despedida do Juiz Federal Titular João Carlos Mayer Soares (3ª Vara) e da Juíza Federal Substituta Luciana Pinheiro Costa (1ª Vara), bem como para a apresentação dos juízes federais que os substituirão; respectivamente, Manoel José Ferreira Nunes e Osmar Vaz de Mello da Fonseca Júnior. A nova Diretora da Secretaria da 3ª Vara, Rosenélia da Rocha Bonfim, também foi apresentada.

#### Encontro de magistrados

Em face da comemoração dos 15 anos de instalação da primeira Vara Federal em Uberlândia, realizou-se o VI Encontro de Juízes Federais da Esmaf – Juizados Especiais Federais – nos dias 26 a 28/06, no *Center Convention* da cidade.

No primeiro dia foi servido um coquetel, e nos dias 27 e 28 foram realizadas as palestras para os juízes e desembargadores da Primeira Região.

#### Instalação de terminais

Graças à colaboração e empenho do Superintendente do Escritório de Negócios da CEF, José Ronaldo Cunha Maia, foram instalados, no térreo do edifício da Subseção Judiciária, os terminais de consulta de processos, o que veio facilitar muito o fluxo de informações e acesso dos advogados ao atendimento das varas federais.

## RO RO RONDÔNIA RO

### Justiça Federal promove concurso de redação

A Justiça Federal em Rondônia está completando 20 anos de instalação. Como parte das comemorações, promoveu um Concurso de Redação destinado aos alunos do ensino médio das escolas de Porto Velho, com o tema “Justiça”. O resultado será divulgado no dia 11 de julho, no Fórum Ministro Jarbas Nobre, sede da Seção Judiciária.

O primeiro colocado receberá um telefone celular Samsung Easy STH-N375 e uma Caderneta de Poupança, no valor de 500 reais, da Caixa Econômica Federal. Os segundo e terceiro colocados também ganharão celulares, oferecidos pela Vivo. Os prêmios serão entregues no dia 12 de agosto, durante as solenidades alusivas aos 20 anos da Justiça Federal em Rondônia.

## Decisões das Seções Judiciárias em Destaque

### Tribunal do Júri

O júri federal em Roraima condenou ex-policia civil a 26 anos de reclusão por matar o auditor da Receita Federal Nestor de Mendonça Leal, à época, delegado adjunto. O julgamento, presidido pelo Juiz Federal Vallisney Oliveira, foi o nono relacionado ao caso, restando apenas o julgamento do ex-secretário adjunto da Segurança Pública igualmente acusado de participar da trama. Seu julgamento foi postergado devido ao fato de ainda tramitar nas instâncias superiores recurso concernente à sentença de pronúncia.



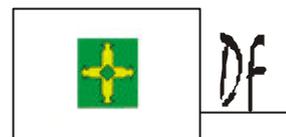
### Grupo Ok

O Grupo Ok, cujo acionista controlador é o ex-senador Luiz Estevão, está com 251 milhões de reais do patrimônio apreendidos por decisão da Justiça Federal da Primeira Região. A empresa tem uma dívida com a União, em consequência de irregularidades na obra do TRT de São Paulo.

A Medida Cautelar foi concedida pela 19ª Vara da Seção Judiciária do DF, em 29 de maio último, como forma de garantir a eventual execução contra o Grupo Ok e, de forma solidária, contra o empresário, caso haja provas suficientes para incriminá-lo na ação principal. A apreensão dos bens se deve ao receio de que métodos fraudulentos possam ocorrer, como a transferência daqueles a terceiros. Assim, os bens ficam arrestados até decisão final da Justiça.

### Crime pela Internet

Um ano e meio depois de ter sido flagrado na sala de endoscopia do Hospital de Base de Brasília, um médico gastroenterologista, acusado de repassar a terceiros pela internet imagens de crianças e adolescentes em cenas pornográficas de sexo explícito com adultos foi condenado pela 12ª Vara Federal.



A Polícia Federal desvendou o caso através de denúncias; a partir daí, os próprios agentes federais passaram a trocar informações com o médico como se houvesse real interesse pelo assunto.

Na defesa, o médico afirmou nunca ter mantido contato sexual com menores de idade, o que amenizou a pena perante a Justiça. Na decisão de primeira instância, o Juiz Federal Marcus Vinicius Reis Bastos condenou o réu a três anos de reclusão em regime aberto, com o substitutivo pela pena de prestação de serviços à comunidade por dois anos junto à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, mais pagamento de 43 mil reais à União. O dinheiro será destinado ao programa “Fome Zero”.

### Operação Águia

A decisão veio da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas e colocou atrás das grades 30 pessoas acusadas de praticar crimes de extorsão, tráfico de drogas, furtos de veículos e assassinatos. São treze policiais civis, três delegados, policial militar, advogado, dois empresários, sendo um paulista, e dez pessoas envolvidas no tráfico internacional de drogas.

A Operação Águia, como foi chamada pela Polícia Federal, teve início no mês de fevereiro, a pedido do governador do Amazonas, após denúncias de envolvimento de policiais do Estado com o crime organizado.



A partir de uma representação junto à Justiça Federal do Estado, o juiz federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas determinou a prisão preventiva de 30 envolvidos, além de determinar a busca e apreensão dos bens de 29 deles.

# LANÇADO PROJETO JU

TRF dá o primeiro passo para viabilizar o a



Cidadãos ribeirinhos aguardam atendimento do Juizado Federal Itinerante Fluvial

Mais uma vez o TRF-1ª Região driblou a falta de recursos, usou a criatividade e lançou com sucesso um projeto revolucionário: o “Justiça sobre as Águas”. O feito histórico aconteceu no Amapá, no dia 23 de maio, após a assinatura de um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado que garantiu ao TRF o empréstimo do barco “A Tribuna” para realização de um Juizado Especial Federal nas águas do Rio Amazonas. Quem ganhou com o convênio foi a comunidade ribeirinha do local, que há sete anos já contava com o serviço fluvial do Juizado Comum, mas, até então, tinha enormes dificuldades para deslocar-se até a Justiça Federal na cidade para pleitear questões relativas a aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais. Segundo a Juíza Sueli Pini, Coordenadora dos Juizados Especiais do Amapá, nem o Tribunal de Justiça do estado tinha idéia da quantidade de cidadãos que necessitavam desse tipo de serviço. “Quando há sete anos demos início ao Juizado Comum Fluvial, nós não imaginávamos a enorme demanda reprimida existente. Agora que a Justiça Federal iniciou este tra-

balho ela vai descobrir, também, a quantidade de cidadãos que estava em sua busca, e não tinha condições de ir ao seu encontro”. Vale ressaltar que, segundo dados estatísticos, na Região Norte há mais de 11 milhões de pessoas vivendo em estado de miséria, o que justifica o fato de quase a metade das ações impetradas contra a União nesse local serem de pequenas causas, ou seja, inferiores a sessenta salários-mínimos.

Para o Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Catão Alves, convênios dessa natureza são importantes porque a Justiça é uma só, e sua divisão em estadual e federal é apenas uma questão de autonomia. “A Justiça tem como um dos objetivos proporcionar o exercício pleno da cidadania; então, toda vez que pudermos realizar convênios como esse, para garantir o acesso à justiça, iremos realizá-los”, afirmou. Na mesma oportunidade, desabafou: “É necessário derrubarmos o mito de que a Justiça Federal é uma justiça para ricos. Temos que fazer a Justiça Federal chegar aos 11 milhões de desvalidos que vivem na Região Amazônica.” Em

seguida, o Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Amapá, Mário de Queiroz, resumiu em seu discurso: “Me sinto feliz em ver que a Justiça Federal também está adotando essa iniciativa. É uma verdadeira abertura para o exercício da cidadania”.

**Primeiro atendimento** – Dona Maria da Silva, trabalhadora agrícola, acordou cedo no dia 23 de maio. Moradora da Ilha de Santana, havia sido informada pelo filho Nonato de que um barco com vários juizes iria navegar pelas águas do Rio Amazonas para solucionar casos como o dela, de querer fazer valer o direito a uma aposentadoria de R\$240,00. Ansiosa, ela juntou todos os seus documentos importantes e, com o auxílio de um pequeno barco, foi a primeira a chegar ao Juizado Especial Federal Fluvial. Sem saber direito como as coisas funcionavam, conversou baixinho com o juiz, informando-lhe o que queria. Suas mãos calejadas serviram de prova da dedicação de mais de 48 anos ao trabalho rural. Poucos minutos após ser atendida, uma conciliação com o INSS. O Juiz Federal Artur Napoleão assinou a sentença conciliatória e

# JUSTIÇA SOBRE AS ÁGUAS

o à Justiça a todos os cidadãos brasileiros

garantiu a Dona Maria que dentro de um mês ela já teria a sua aposentadoria. “Não esperava que fosse conseguir tão rápido”, desabafou ao sair da sala de audiências. O mesmo aconteceu com o Sr. Joaquim da Silva, que desde menino trabalhava na roça e, com mais de sessenta anos e pouca saúde, enxergava na aposentadoria a esperança de um dia melhor. “Agora, vou poder comprar meus remédios e ajudar meus filhos”, confessou emocionado.

“A Tribuna” navegou cerca de quatro horas pelo Rio Amazonas. Nesse primeiro dia de funcionamento foram realizadas seis audiências, todas relativas a ações previdenciárias, das quais resultaram três sentenças homologatórias e uma sentença condenatória concedendo aposentadoria rural e dois pedidos de realização de perícia médica. As próximas audiências do Juizado Especial Federal Fluvial já estão sendo agendadas com o Tribunal de Justiça. Elas serão marcadas para as datas em que o barco não estiver realizando audiências dos Juizados Comuns.

Para o Juiz Federal Substituto Artur Napoleão, a experiência vivida foi muito satisfatória. “Estamos indo ao encontro do Princípio Fundamental do Juizado Especial, que é garantir o acesso à Justiça”, revelou.

Bastante satisfeita com o resultado do Primeiro Juizado Federal Fluvial, a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, afirmou que o Projeto “Justiça sobre as Águas” está dentro de um projeto maior da Justiça Federal de defender a democracia no País. Certa de que o primeiro passo havia sido dado pelo TRF-1ª Região, afirmou em tom de desabafo: “Nós acreditamos que só há democracia real e plena se nós viabilizarmos o acesso à Justiça a todos os cidadãos brasileiros”.



Presidente Catão Alves assina convênio com TJAP para viabilizar o Juizado Federal Fluvial no Amapá



Dona Maria da Silva, trabalhadora agrícola: primeira jurisdicionada a ser atendida no Juizado Federal Fluvial



Presidente Catão Alves e Coordenadora dos Juizados Federais na 1ª Região, Selene Maria de Almeida, apresentam convênio celebrado com TJAP



Primeira audiência do Juizado Especial Federal Fluvial



Procurador do INSS e Sr. Joaquim da Silva: conciliação no Juizado Itinerante Fluvial

## Juizados Especiais Federais

# TRF da 1ª Região implanta processo virtual nos Juizados Especiais Federais do DF

Foi sentenciado, no último dia 09, o primeiro processo virtual do 1º Juizado Especial Federal Cível do Distrito Federal.

Concluído em primeira instância totalmente em sistema virtual, o processo nº 2003.34.00.900000-2 teve por objeto um pedido de indenização contra a Caixa Econômica Federal, que foi julgado procedente em parte pelo Juiz Federal Flávio Dino de Castro e Costa, que, juntamente com os Juizes Federais Adverci Rates Mendes de Abreu, Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz, Fabíola Bernardi e Nazareno César Moreira Reis, será responsável pela condução dos novos processos virtuais no JEF do Distrito Federal.

Com isso, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região dá um decisivo passo em direção ao futuro e torna-se o segundo TRF a possuir sistema de JEF Virtual. O primeiro foi o TRF da 3ª Região, com sede em São Paulo.

**Como é o procedimento** – O JEF Virtual é um sistema de informática que visa à eliminação de qualquer movimentação física de processos no âmbito do Juizado Especial Federal, com conseqüente redução do serviço burocrático e maior celeridade no trâmite processual.

A petição inicial e os documentos trazidos pela parte são “scaneados” e gravados no banco de dados, com a devolução dos originais. Se a parte não trouxer a petição inicial, esta será atermada, ou seja, escrita e gravada no banco de dados. As partes são cadastradas e o atermador “autua” o processo com número gerado pelo sistema, nele

juntando a petição inicial e os documentos “scaneados”.

O processo é distribuído e o atermador agenda a data e o horário da audiência de conciliação (o próprio computador busca para o servidor a próxima data de audiência). Se necessária, será agendada a pericia. A citação e as intimações são feitas via e-mail. A contestação é recebida através do E-Proc (Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais da Justiça Federal da 1ª Região), que também encaminha a petição inicial e as incidentais.

Toda a movimentação é feita eletronicamente, inclusive o trâmite entre os departamentos do Juizado Especial Federal. O lançamento de fases é automático. As peças-padrão, como despachos e mandados, são montadas pelo próprio computador, mediante simples digitação do número do processo pelo serventuário.

Para documentos que necessitem de assinatura, o sistema conta com a captura eletrônica de assinaturas, que será feita por meio de canetas eletrônicas. Para as assinaturas de juizes, o sistema possui um cadastro de assinaturas gravadas com senhas criptografadas, sendo necessário apenas o juiz digitar a sua senha para que o documento em questão seja assinado.



JEFs e Informática reunidos em momento histórico para a Justiça Federal

### Perfil sócio-econômico

Reconhecendo a identificação do perfil do jurisdicionado dos Juizados Especiais Federais como única maneira de planejar o futuro dos Juizados, bem como de esclarecer, vez por todas, quais das ações intentadas perante os JEFs representam mera migração de feitos que de toda forma seriam interpostos na justiça comum, e qual percentual retrata a demanda reprimida daqueles cidadãos que sempre estiveram à margem do sistema tradicional, o TRF da 1ª Região, em iniciativa inédita, criou o *software* “Perfil sócio-econômico do litigante dos JEFs”.

O programa já está em funcionamento no sistema virtual e coleta e organiza informações sócio-econômicas, tais como: renda familiar do autor, número de integrantes do grupo familiar, se já conhecia a Justiça Federal, se é a primeira vez que entra com uma ação na Justiça Federal, etc.

É o TRF da 1ª Região registrando a história da Justiça no Brasil.

### Visualize o 1º processo virtual julgado no JEF

Acesse o *site* [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br), clique em “Processos”. Depois, em “Acompanhamento Processual”. Escolha a “Seção Judiciária do Distrito Federal”. Em seguida, digite o número do processo e clique em “Pesquisar”. A petição inicial, a contestação do réu e outros documentos digitalizados podem ser encontrados no final da tela.



Acima, Desembargadora Selene Maria de Almeida faz assinatura eletrônica. Ao lado, Juiz Federal Flávio Dino na audiência com os advogados e as partes



## Solenidade de instalação do Juizado Virtual

Foi realizada no dia 16 de junho a solenidade de instalação do primeiro Juizado Virtual do TRF-1ª Região. O evento aconteceu na Seção Judiciária do DF, que será a responsável pela experiência-piloto do projeto que visa acabar com a movimentação física de processos no âmbito do Juizado Especial Federal.

Inúmeras autoridades compareceram ao local, entre elas, o Vice-Presidente do STF, Min. Nelson Jobim; o Coordenador-Geral da Justiça Federal, Min. César Asfor Rocha; e, ainda, o Presidente do TRF-1ª Região, Catão Alves, o Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias, o Corregedor-Geral Aloísio Palmeira, a Coordenadora dos Juizados Especiais na 1ª Região (Cojef), Selene Maria de Almeida e o Diretor do Foro da SJDF, Hamilton de Sá Dantas. Na ocasião, foram distribuídas cartilhas explicativas sobre o funcionamento dos Juizados Virtuais.

O Juiz Federal Flávio Dino, Coordenador do Juizado Especial Federal no DF, fez a demonstração do sistema aos presentes e revelou-se satisfeito com o fato de o Distrito Federal ter sido escolhido para realizar o projeto-piloto. “Tudo faremos para que essa experiência seja exitosa e paradigmática para a Justiça Federal e para o Poder Judiciário.” Segundo ele, com a virtualização haverá uma otimização dos recursos humanos e, conseqüentemente, uma celeridade na prestação jurisdicional. Ao final da sua apresentação, agradeceu o apoio do Presidente Catão Alves, da Coordenadora dos JEFs, Selene Maria de Almeida, e da equipe de informática do TRF-1ª Região, responsável pela implantação do sistema.

O Vice-Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, parabenizou a Primeira Região pela iniciativa, mas fez um alerta aos magistrados. “A implantação desse novo sistema tem um preço. Ao passo que se produz uma prestação jurisdicional efetiva, desaparecem os indivíduos. Para o sistema ser eficaz, temos que saber se os juízes realmente querem ver desaparecerem seus nomes e assinaturas para fazerem valer a pres-

tação jurisdicional esperada”.

**Justificativa** – A Virtualização dos Juizados Especiais Federais é uma proposta da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, Coordenadora dos JEFs na Primeira Região, que segue experiência pioneira do TRF da 3ª Região, com sede em São Paulo. A grande diferença é que lá a virtualização é restrita a ações previdenciárias, e na Primeira Região, por meio do novo sistema, poderão ser julgados todos os tipos de ações que forem de competência dos Juizados Federais e inferiores a 60 salários-mínimos.

Uma das justificativas para implantação do Juizado Virtual é agilizar a prestação jurisdicional para atender os exíguos prazos dispostos na lei 10.259, que criou os Juizados Federais. “Com apenas cinco servidores é impossível que a Justiça Federal em Minas, com 27.000 processos; no Amapá, com 8.000 processos; ou no Maranhão, também com 8.000 processos consiga satisfazer a prestação jurisdicional em apenas seis meses. Se temos que cumprir os prazos socialmente justos, precisamos investir na informática, na racionalidade dos métodos empregados e usar a tecnologia para substituir os juízes e servidores que não possuímos”, revelou a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida.

**Desenvolvimento do projeto** – Para desenvolver o projeto Juizado Virtual, o TRF-1ª Região designou uma equipe de alto nível, integrada pelos servidores da Secretaria de Informática (Secin); Lúcio Melre e Mário Braga; pelos prestadores de serviço da Infocop; Bruno Nunes dos Reis, Daniel Brito, Jair Taboada, Leonardo Leles e Renato Sucoski; e pela estagiária da Secin Kelly Leal, sob a Coordenação do Juiz



Da esq. para a dir.: Juiz Federal Flávio Dino, Corregedor-Geral Aloísio Palmeira, Presidente Catão Alves, Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, Vice-Presidente Carlos Mathias e Diretor do Foro Hamilton de Sá



Juiz Federal Bruno Oliveira coordenou a equipe que desenvolveu o projeto

Federal Bruno Oliveira.

O projeto levou quatro meses para ser desenvolvido, consumiu R\$ 400 mil em investimentos e visou, sobretudo, à segurança dos procedimentos.

Para dar cumprimento às prioridades estabelecidas pelo Tribunal, ficou acordado que, num primeiro momento, a virtualização aconteceria, apenas, na Seccional do DF, tendo em vista a possibilidade de compartilhar recursos de softwares e equipamentos do projeto de Execução Fiscal Virtual em andamento naquela Seccional. Para a implantação do sistema nos demais Juizados da Primeira Região, localizados em treze estados das regiões norte, nordeste, sul e sudeste, será

necessária primeiramente a liberação de recursos pelo governo, o que somente deverá acontecer em 2004. Segundo informações da Diretoria-Geral do Tribunal, após a liberação desses recursos, deverão ser priorizadas as Seccionais cujos JEFs registrem maior número de feitos recebidos e computados desde sua criação.

### ALGUMAS VANTAGENS DO JUIZADO VIRTUAL

- ♦ Citação, intimação, ofícios, etc. por e-mail – O réu é citado por e-mail; também por e-mails realizadas as intimações, envio de ofícios e outros atos que exigiam o oficial de justiça ou o uso dos Correios.
- ♦ Marcação automática de audiências – O próprio computador indica a próxima data disponível para a audiência e busca a data disponível para perícia.
- ♦ Segurança de dados e informações – Cada documento cadastrado possui um código identificador único, garantindo os dados existentes e novas informações.
- ♦ Simplicidade de rotinas e agilidade – Com a redução do serviço burocrático e repetitivo, as rotinas tornam-se mais

# TRF-1ª Região tem representante no Seminário “Propostas para um novo Brasil”

Mudanças na legislação fundiária, alterações no Código Civil, redução da carga tributária e propostas para a Reforma da Previdência foram algumas das sugestões de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e de magistrados da Justiça Federal elaboradas desde dezembro do ano passado, quando foi instituída a Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal. A íntegra desses projetos foi apresentada no Seminário “Propostas para um novo Brasil”.

O seminário aconteceu nos dias 29 e 30 de maio, no auditório do STJ, em Brasília, e contou com a presença do Ministro Presidente do STJ, Nilson Naves, do Ministro Coordenador-Geral da Justiça Federal, César Asfor Rocha, e do Desembargador Federal Antônio Souza Prudente (foto), do Tribunal Regional Fe-



deral da 1ª Região. O Desembargador elaborou uma proposta de alteração da Lei 6.830/80, em vigor há mais de 20 anos, com cobrança administrativa dos créditos fiscais, mas que dependia de modificação legislativa e foi, juntamente com outras, encaminhada ao Congresso Nacional pelo STJ, como anteprojeto de lei.

No primeiro dia do evento, o Desembargador Federal Souza Prudente participou do II Painel com o tema “Reforma da execução fiscal”, onde foram abordados outros como: “Autos judiciais eletrônicos”, “Acesso à justiça” e “Regularização fundiária urbana e rural”. Os documentos definitivos foram apresentados ao Centro de Estudos Judiciários (CEJ/CJF) até o dia 6 de junho. Os treze projetos expostos no seminário estão disponíveis para apreciação pública, no *site* do CJF: [www.cjf.gov.br](http://www.cjf.gov.br).

## Cursos

O XI Encontro Nacional de Profissionais do Controle, visando aqueles que desempenham tarefas relacionadas a compras, licitações, gestão e fiscalização de contratos, será realizado nos dias 10 e 11 de julho, em Brasília, no Naoum Plaza Hotel. O seminário contará com profissionais que atuam na atividade de controle dos principais tribunais superiores: Carlos Nivan Maia, prof. da Fundação Getúlio Vargas e secretário de controle externo do TCU; Raimundo Nonato Gomes, diretor técnico no TCU; profª Leila Vasconcelos Ferreira, que leciona no Instituto Serzedello Corrêa; prof. Inaldo de V. Soares, secretário de controle interno do STE; e o prof. Léo da Silva Alves, autor de vários livros, com diversos artigos publicados em revistas especializadas. Serão abordados os seguintes temas: a racionalização do processo na atividade de controle; aspectos práticos de gestão dos convênios; o planejamento e a sistematização das fases de controle; a gestão e o controle das licitações e o método de fiscalização de contratos. Contatos pelo tel. 0800.703.5399 e e-mail [www.topeventos.com.br](http://www.topeventos.com.br)

Com apoio da UnB, o Instituto de Ciências Sociais promoverá o IV Seminário Nacional “Transe”. O Transe (Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance) busca contemplar uma discussão, ainda incipiente no país, sobre “patrimônio imaterial” nas diversas expressões da performance cultural brasileira. As conferências e mesas-redondas serão realizadas nos dias 27, 28 e 29 de agosto, no auditório Dois Candangos da Unb, havendo, ao final, certificado de participação. Maiores informações, pelo tel: (61) 349.8977 e-mail [transe@unb.br](mailto:transe@unb.br).

# STF e STJ têm seus quadros renovados

No dia 5 de junho tomaram posse os ministros Maurício Corrêa, como Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e Nelson Jobim, como vice-Presidente.

Nascido em São João do Manhuaçu, Minas Gerais, em 9 de maio de 1934, Maurício Corrêa, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Minas Gerais.

Foi Senador, Advogado, Procurador Autárquico (Iapas e IAPM), membro do Instituto dos Advogados do Brasil, do Instituto dos Advogados do Estado de Goiás e do Instituto dos Advogados do Distrito Federal. Também atuou como Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Distrito Federal, ocupando a Vice-Presidência da entidade, no período de 1977 a 1979.

Nelson Jobim nasceu em 12 de abril de 1946, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul e tornou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Exerceu a advocacia, foi Presidente

da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Maria-RS, e Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul. Também foi membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e do Instituto dos Advogados Brasileiros, sediado no Rio de Janeiro.

Na Política, foi Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul e Ministro de Estado da Justiça, no governo do Presidente Fernando Henrique.

Foi Professor da Escola Superior de Magistratura da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul e também da Escola Superior do Ministério Público da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Além disso exerceu o magistério como Professor Adjunto no Departamento de Direito da UFSM/RS.

Atualmente, é Professor-Adjunto da Fundação Universidade de Brasília.

## Superior Tribunal de Justiça

Tomou posse, em 4 de junho, José de Castro Meira como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo

sido o primeiro ministro indicado e nomeado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Tribunal. A cerimônia de posse foi presidida pelo presidente do órgão, Ministro Nilson Naves.

Castro Meira ocupa a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Milton Luiz Pereira, ocorrida em dezembro do ano passado.

O novo Ministro é baiano de Livramento do Brumado e completará 60 anos em setembro. Integrou a Justiça Federal desde 1976 e é membro do Tribunal Regional Federal da Quinta Região (sede em Recife/PE), desde 1989, tribunal que presidiu entre 1993 e 1995. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Castro Meira é mestre em Direito e pós-graduado em Comércio Exterior.

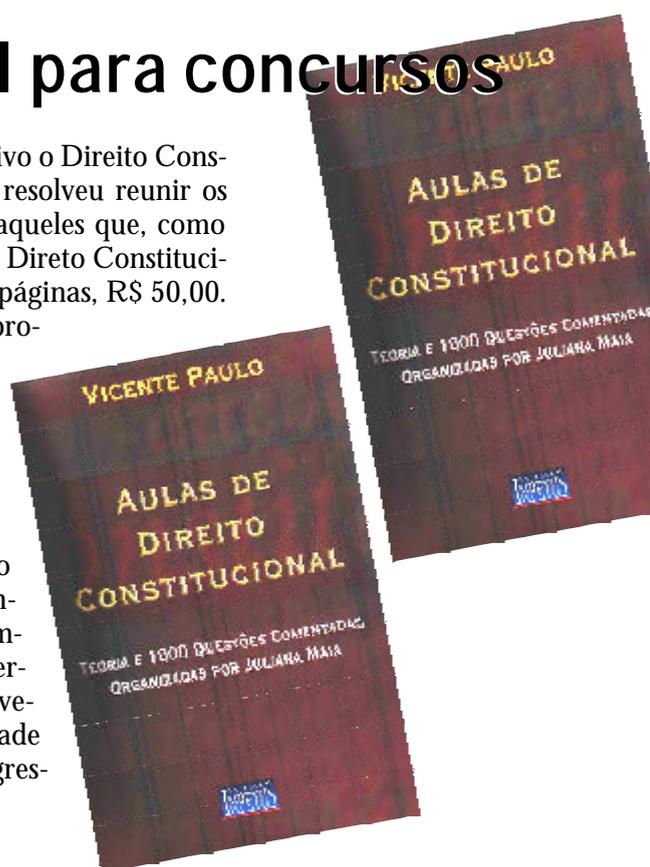
O futuro ministro do STJ começou, em 1968, sua carreira no Ministério Público da Bahia, de onde saiu em 1974 para a Procuradoria da Fazenda Nacional. Como juiz federal, atuou na Bahia e em Sergipe, até ir para Recife (PE) ocupar o cargo no TRF. Possui vários trabalhos publicados.

## Direito Constitucional para concursos

Depois de assistir a muitas aulas que tentavam deixar mais objetivo o Direito Constitucional, uma ex-aluna aprovada em vários concursos públicos resolveu reunir os apontamentos de seu professor e publicar um livro que ajudasse aqueles que, como ela, precisam compreender o assunto. Assim surgiu a obra Aulas de Direito Constitucional, teoria e 1000 questões comentadas, Editora Impetus, de 450 páginas, R\$ 50,00.

A organizadora do livro, Juliana Maia, teve acesso às aulas do professor Vicente Paulo, professor de Direito Constitucional e Tributário em vários cursos preparatórios para concursos em Brasília e São Paulo. Além da parte teórica, a publicação traz mil exercícios resolvidos e comentados, extraídos de provas de concursos públicos recentes. De acordo com Juliana, as explicações estão baseadas nas orientações do Supremo Tribunal Federal.

Antes de tornar-se funcionária pública federal, a organizadora do livro assistiu a muitas classes do professor Vicente Paula e ficou impressionada com a clareza com que ele lecionava um assunto tão complexo. A motivação para transformar as aulas em livro veio da observação de que há uma espécie de “Direito dos Concursos”, muitas vezes criticado no meio jurídico em virtude de sua inegável objetividade e a ausência de debate, mas indispensável para quem pretende ingressar em cargo público”, afirmou Juliana.





# Preparados para emergências

Desde o último mês de maio se encontra em andamento o Curso de Auxiliar Brigadista coordenado pela Diseg em conjunto com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

As aulas, abertas a todo o quadro funcional do TRF-1ª Região, são ministradas no Auditório do Edifício Anexo I e no Centro de Treinamento Operacional do CBMDF, de segunda a sexta-feira, entre as 8h30min e as 12h. Durante os cinco dias, oficiais e instrutores ensinam aos alunos as medidas mais seguras e eficazes que devem ser tomadas em casos de incidente ou emergência. Entre os conhecimentos transmitidos podem ser citados a pronta atuação em procedimentos de primeiros socorros, análise de risco e prevenção de incêndio, utilização adequada das diferentes categorias de extintores de incêndio e mangueiras de hidrante, orientações de como evitar a manifestação de pânico, controle de vazamento de botijões de gás e extinção de princípios de incêndio.

A servidora da Secbe, Roberta Costa Matos, fala da importância dos ensinamentos que obteve sobre prevenção e combate a incêndios e prestação de primeiros socorros “Nas aulas, aprendemos não só a utilizar corretamente instrumentos como extintores de incêndio, mas também nos tornamos conscientes dos procedimentos que devem ser tomados ao prestarmos atendimento a uma vítima. Isso certamente aumenta as chances de sobrevivência até a chegada ao hospital, por isso é impres-

cindível, contar com pessoas capacitadas a agir em emergências e situações de risco. Os conhecimentos adquiridos no curso podem tanto ser aplicados no tra-

ser aprendidos desde a época escolar”. A participação de ambas mostra que as mulheres da Casa também estão conscientes da necessidade de estarem preparadas para eventuais casos de emergência.

A conclusão do curso acontece no Centro de Treinamento Operacional do CBMDF, próximo ao Palácio do Planalto, às sextas-feiras, ocasião na qual os treinandos demonstram, na prática, o aprendizado teórico que obtiveram nos quatro primeiros dias. Como reconhecimento da dedicação dos formados, será concedido, em Sessão Solene, o certificado de Auxiliar Brigadista.

Com isso, a Diseg agradece a participação e o empenho dos Auxiliares de Brigada já formados, e convida todos os magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiários a aderirem ao curso, pois tão indispensável quanto manter uma boa gama de recursos à disposição para circunstâncias críticas é possuir pessoas com apurado senso de prevenção, habilitadas a manusearem, de modo correto, os diversos tipos de equipamento de segurança, e a proceder ativamente no auxílio a vitimados e no controle de incidentes.



Foto 1: Servidora Dionete Rodrigues, da 6ª Turma, aprende técnicas de auxiliar brigadista. Foto 2: Servidores atentos às orientações

balho como também na vida cotidiana”. Dionete Rodrigues Costa, lotada na Subsecretaria da 6ª Turma, enfatiza “Foi uma semana muito proveitosa, recomendando a todos que participem das aulas. Realmente, é de grande valia conhecer as noções de prevenção e atuação em emergências. Estes conhecimentos deveriam

Se você está interessado em participar das próximas turmas do curso, que estão com início programado para 23 de junho, 7 de julho e 14 de julho, basta inscrever-se por telefone, pelos ramais 249 ou 409. Quaisquer informações poderão ser adquiridas pelo 249, com Agnaldo Dias.

## Festa Junina no Centrejufe

Magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço do Tribunal e da Seção Judiciária do DF, bem como seus familiares e amigos, participaram, no dia 28 de junho, da Festa Junina do Centrejufe, animada pela banda Cuscuz com Leite.

O evento é sempre um grande atrativo, a que os convidados tem acesso gratuitamente, ficando-lhes facultativa a doação de alimentos não perecíveis.

A festa teve patrocínio do Banco do Brasil, do Banco Alfa e da Credisutri, além do apoio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da Seção Judiciária do Distrito Federal. Veja a cobertura completa na próxima edição.

## Tribunal decide sobre homicídio do cientista neozelandês Peter Blake



A 3ª Turma decidiu, no dia 27 de maio, à unanimidade, manter a condenação, porém com alteração da pena, dos acusados no envolvimento direto e indireto na morte do cientista neozelandês Peter Blake, por julgar que os réus assumiram o risco de produzir o resultado obtido ao agirem ilícitamente. As penas de reclusão de seis dos condenados a regime fechado foram reduzidas em média quatro anos para cada um deles, por entender a Turma que todos têm direito a ressocialização. A redução de pena foi estabelecida com a perspectiva de que não se frustrasse a finalidade de reintegrar o condenado à sociedade. Os desembargadores federais da 3ª Turma expressaram a preocupação constante da legislação penal brasileira de que haja uma possibilidade de conquista de liberdade para o condenado.

Participaram do julgamento o relator, Juiz Federal convocado Ricardo

Machado Rabelo; o presidente da Turma, Desembargador Federal Olindo Menezes, revisor do processo; e o Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral.

A morte do cientista se deu nas águas do Amazonas, em 05 de dezembro de 2001, com dois tiros no pulmão, por volta das 22h. Peter James Blake foi morto no assalto ocorrido em sua embarcação “Seamaster”, após ter ancorado no Distrito de Fazendinha, em Porto de Santana, no Estado do Amapá. Presos, os assaltantes, em número de seis, foram condenados a penas estabelecidas em sentença de 1º grau pelo juiz José Magno Linhares Moraes, da 2ª Vara Federal do Amapá, em junho de 2002. Ricardo Colares Tavares, o acusado de ter atirado, foi condenado à pena de 36 anos e 09 meses em regime fechado; os outros, Israel Pantoja da Costa, José Irandir Colares Cardoso, Reney F. Macha-

do, Josué Pantoja da Costa e Rubens da Silva Costa, a penas que variam de 35 a 26 anos. Os outros indiciados na ação criminal, acusados de terem agido de forma a não facilitar ou mesmo de dificultar a captura dos criminosos, receberam penas de reclusão, porém com direito a substituí-las por prestação de serviços à comunidade.

A embarcação capitaneada por Peter Blake possuía uma tripulação de 10 homens, sendo que dois deles foram feridos no assalto, mas somente o capitão levou dois tiros fatais no pulmão. Com 30 anos de navegação pelos ecossistemas de todo o mundo, o ecologista possuía vários títulos relacionados com seu trabalho científico, entre eles o de embaixador do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente.

ACr 2001.01.00.001416-7/AP

## Liberada a carcinicultura no Maranhão

Em decisão de 29 de maio, o Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro deferiu pedido do Estado do Maranhão contra decisão do Juiz Federal da Seção Judiciária daquele estado, José Carlos do Vale Madeira. Este havia determinado a paralisação dos projetos de carcinicultura (cultura de crustáceos) no local e proibido a licença ambiental por parte do estado aos empreendimentos relativos à atividade – por entender imprescindível o Estudo de Impacto Ambiental/EIA antes da liberação do licenciamento para tal atividade –, passando para o Ibama a responsabilidade de cuidar do licenciamento ambiental de tais projetos. Havia declarado, ainda,

inconstitucional a parte da Resolução do Conama 312/2002 que exige o EIA apenas para as áreas superiores a cinquenta hectares, ou para áreas inferiores, se causadoras de significativa degradação ambiental.

O Estado do Maranhão recorreu da decisão sustentando que os licenciamentos ambientais para os projetos em questão foram concedidos antes da referida resolução e que a decisão foi proferida sem que se tivesse ouvido a Fazenda Pública Estadual. O Desembargador Federal do TRF-1ª Região acatou o que foi alegado pelo estado, por ser este o responsável pela autorização da implantação dos projetos, podendo ser, no caso de even-

tuais prejuízos ocasionados com a paralisação das atividades, acionado judicialmente pelos empreendedores.

Ag 2003.01.00.013484-4/MA





# Homenagem do Serviço Médico ao Dr. Comte



**Comte José de Siqueira foi Diretor da Divisão de Assistência à Saúde-Diasi, por onze anos. Nasceu na cidade Tupaciguara/MG, no dia 29/10/1932. Exerceu a medicina por 44 anos, era Cirurgião-Geral e Clínico Geral. Faleceu na tarde de 6 de junho. Seu corpo foi velado na capela do Hospital das Forças Armadas-HFA, no dia seguinte, de 10h30min às 14h, e foi cremado na segunda-feira, dia 09.**

Por que não ficou descansando em casa, Dr. Comte?” Era o que todos nós do serviço médico perguntávamos, sempre que ele vinha trabalhar após a aplicação da quimioterapia.

“Porque gosto. Eu sou assim: não sei quando estou trabalhando ou me divertindo”, respondia bem-humorado.

O nosso Dr. Comte deixa saudades, deixa amigos, deixa exemplos, deixa anos de trabalho ao Tribunal. Correção e dedicação são algumas das palavras que nos ocorrem, porque nenhuma exposição de palavras seria bastante para homenageá-lo. O pensador Italo Calvino dizia que “basta que alguém faça alguma coisa pelo simples prazer de fazê-la, para que seu prazer se torne um prazer para os outros”. E esse foi seu maior exemplo: prazer de exercer a arte da medicina até o fim dos seus dias. Foi um caso de “Grande morte”, que só acontece às pessoas que viveram o seu tempo, que responderam às solicitações dos aflitos, às demandas do Universo, que fizeram render suas capacidades e as colocaram ao serviço dos outros. A morte de pessoas assim torna-se semelhante “ao fruto da árvore que, por já estar amadurecido, se encontra em condições de ser colhido”. Fruto libertado, foi capaz de deixar as sementes do seu amor e dedicação ao trabalho germinando em nossas vidas.

“Nós somos não porque pensamos, queremos, sentimos; e pensamos, queremos ou sentimos não porque somos. Nós somos porque somos. Nós sentimos, pensamos ou queremos porque além de nós existe algo diverso”.

(Schiller)

## O futuro sem cáries

O preparo, por meio da conscientização, da motivação e da orientação para uma vida adulta sem grandes problemas relacionados à saúde bucal está entre os principais esforços do Serviço Odontológico do TRF-1ª Região, que, com mais uma edição do “Prodentinho”, campanha realizada há mais de oito anos e relançada no início de junho, vem reforçar ainda mais essa meta, expandindo as fronteiras demarcadas pelas campanhas anteriores.

Agora, além dos dependentes na idade de três a doze anos, estão sendo atendidas crianças de zero a três anos, quando não são educados os filhos, mas disposto tratamento diferenciado em que os pais recebem orientações

necessárias para o devido cuidado com os dentes dos bebês – pois, desde a alimentação da gestante, até a ingestão do açúcar contido no leite materno, ocorre influência na formação dos dentes e no aparecimento das cáries. Essa nova proposta foi lançada através da “Palestra para Gestantes e Bebês”, que ocorreu no dia 23 de maio passado.

Na luta contra as cáries, o Serviço Odontológico conta com quatro dentistas, sendo dois odontopediatras (que cuidam dos menores), e com um ambiente lúdico que transforma o ato de ir ao dentista em diversão, oferecendo ao atendido um acompanhamento especial, além de um *kit* que

contém escova e pasta de dente, fio dental e um brinde.

As consultas podem ser marcadas pelo ramal 258.



**Mães atentas às orientações durante a palestra**

# Comunicação e relação interpessoal

A necessidade do ser humano de se comunicar pode ser comparada com a necessidade de se alimentar. Sendo o homem um ser social, não consegue viver isolado, sem companhia ou afeto. “Não é bom que o homem viva só”, diz a Bíblia. Experiências de estudiosos da Psicologia demonstraram que o homem não sobrevive, por muito tempo, sem afeto.

A arqueologia mostra a total capacidade do homem de buscar meios para se comunicar desde a pré-história, como pode ser comprovado com as pinturas rupestres encontradas em várias partes do mundo e não muito distante na Serra da Capivara no Sudeste do Piauí (Patrimônio Cultural da Humanidade).

Os meios de comunicação, nos tempos atuais, mais uma vez, mostram o quão capaz e inteligente o homem tem sido em transmitir seus conhecimentos e informações, sendo que essa capacidade é considerada em relação à espécie humana, de um modo geral. E quanto à capacidade individual do ser humano de se comunicar?

Para uma comunicação perfeita, é necessário que as pessoas envolvidas no processo compreendam mutuamente o que ambas estão dizendo e sentindo. Não basta ouvir as palavras, é necessário compreender o que foi dito e perceber os sentimentos envolvidos na situação.

O processo de comunicação entre duas pessoas é muito complexo e exige de nós disposição para ouvir e entender o outro e despende a atenção, percebendo sentimentos envolvidos na situação. Isso tudo requer muita coragem, pois, quando alguém penetra no mundo do outro, apenas com a intenção de compreendê-lo, compartilhando suas idéias e sentimentos, está ao mesmo tempo mostrando seus pontos de vista e seus sentimentos. A comunicação eficaz é uma via de mão dupla e esta pode ser a maior barreira para uma comunicação perfeita.

Para ser perfeita, a comunicação

exige o desenvolvimento de algumas habilidades. Segundo Fela Moscovici, psicóloga organizacional, as principais são a paráfrase, a descrição de comportamento, a verificação de percepção e a descrição de sentimentos.

Entende-se por paráfrase a confirmação do entendimento do que o outro disse, utilizando-se de frases objetivas em relação ao que foi falado. Por exemplo: “O que você está querendo me dizer é que está com dificuldade de cumprir horário?” O uso da paráfrase nos traz precisão na comunicação, compreensão mútua e demonstra sua preocupação para com o outro.

A outra habilidade, descrição de comportamento, consiste em relatar detalhadamente um comportamento. Este relato deve ser feito sem julgamentos ou generalizações. Vale ressaltar que comportamentos dos quais a pessoa não tem controle, por exemplo, o timbre da voz, não devem ser descritos. Detalhe o comportamento de forma clara e específica, evitando abordar características pessoais e intenções ou interpretações do comportamento. Com o desenvolvimento dessa habilidade, sua percepção será incrementada fazendo com que você interaja com o outro de maneira autêntica, levando em conta as evidências sem interferência de seus sentimentos.

A linguagem não-verbal é predominante no processo de comunicação; pesquisas indicam que chega a atingir mais de 90% do que é transmitido. Sendo assim, é importante a verificação da percepção dos sentimentos dos outros para certificar-se de que o que você está observando é realmente o que o outro está sentindo. Esta verificação também proporciona o desenvolvimento da empatia.

Por fim, na descrição de sentimentos, identifica-se ou especifica-se o sentimento verbalmente, compartilhando-o com o outro. Nesta habilidade, você ajuda o outro a compreendê-lo



melhor.

Usar afirmações do tipo “EU” facilita a comunicação no dia-a-dia, pois diminui entraves entre a pessoa que fala e a que ouve. Use verbos de ação como sentir e pensar, enfatizando o que vê, ouve e sente ao invés do que a outra pessoa faz ou diz.

Para uma comunicação atingir seu objetivo, é exigido o aperfeiçoamento das habilidades descritas acima e uma disponibilidade de ambas as partes, o que facilita uma compreensão mútua. Cabe dizer que estar disponível é dedicar-se à pessoa que está falando, não só ouvindo o que ela tem a dizer, mas despendendo total atenção e interesse em compreendê-la e fazer-se compreender. A comunicação adequada colabora significativamente na relação interpessoal.

---

**Maria de Jesus Mendes Frazão**  
Encarregada do Setor de Avaliação de Desempenho e Acompanhamento Funcional.

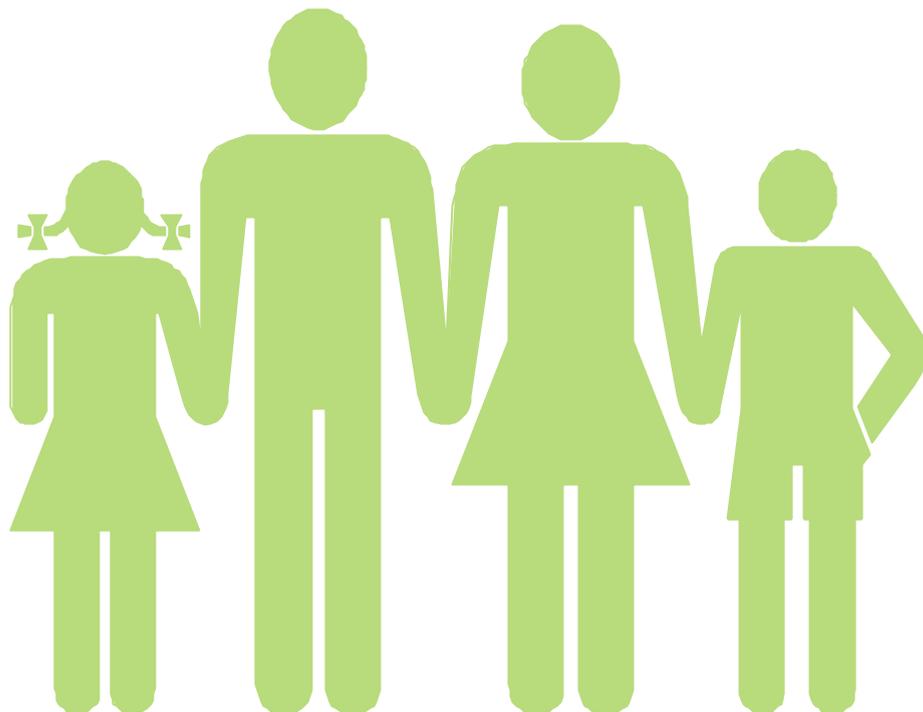


# Criado Comitê de Responsabilidade Social

Reunir e estimular os projetos sociais que já acontecem no TRF-1ª Região, além de fomentar novas iniciativas. É esse o objetivo do recém-criado Comitê de Responsabilidade Social, vinculado ao PGQVT, e coordenado por Sérgio Faria Lemos da Fonseca Neto, do gabinete do Desembargador Federal Cândido Ribeiro, e por Nádia Barbosa da Cruz Santana, da Direh.

O Comitê faz parte do projeto “Tribunal Solidário” e pretende criar uma espécie de poupança para subsidiar os projetos que alguns servidores já desenvolvem de forma isolada, reunindo e fortalecendo essas iniciativas. Além disso, a criação do Comitê de Responsabilidade Social vai possibilitar que os servidores recebam qualificação profissional para atuar no voluntariado. Em troca, desenvolvam trabalhos assistencialistas em instituições apontadas pelo Comitê.

Quem sempre teve vontade de desenvolver algum trabalho social ou tem alguma idéia para criar um novo projeto vai poder contar com a ajuda do Comitê para colocar isso em prática. Segundo um dos coordenadores, Sérgio Faria Lemos da Fonseca Neto, “o Comitê será uma plataforma; dela vão surgir subprojetos em várias áreas, como esportes e lazer,



meio ambiente e outras, mas os servidores poderão propor projetos em qualquer área”, afirmou.

O Comitê de Responsabilidade Social ainda está estruturando suas diretrizes e ações. Por enquanto, os coordenadores trabalham na confecção de cartilhas e *folders* que trarão explicações sobre a responsabilidade social, além de sugestões e propostas para os trabalhos que serão desenvolvidos. De acordo com Sérgio, em breve, o Co-

mitê também fará um mapeamento para descobrir as áreas de interesse e as formas de atuação com as quais os servidores gostariam de trabalhar.

Para facilitar o andamento dos trabalhos, o Comitê terá apenas 10 membros, mas está aberto para os servidores que quiserem colaborar. O contato com o Comitê de Responsabilidade Social pode ser feito pelos *e-mails* [sergio.neto@trf1.gov.br](mailto:sergio.neto@trf1.gov.br) ou [nadia.santana@trf1.gov.br](mailto:nadia.santana@trf1.gov.br).

## Unimed tem novo telefone



O Setor de Atendimento ao Beneficiário-Seabe informa que há etiquetas à disposição dos interessados com o novo número da Central de Atendimento 24 horas da Aliança Unimed. As etiquetas com o novo telefone, (061) 218-0202, deverão ser coladas na carteira “Unimed”, substituindo o antigo.

Dúvidas, ligar no ramal 214. Retire logo a sua e de seus dependentes!



# Secretaria de Programas e Benefícios Sociais–SECBE

## Quadro I

### Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefício

(Dados até 30/04/03)

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
<b>I - Despesas Área Social</b>			
1 - Auxílio Alimentação	9.465.647,00		9.465.647,00
2 - Creche	1.147.931,00		1.147.931,00
3 - Auxílio Transporte	287.482,00		287.482,00
4 - Material Escolar		237.360,00	237.360,00
5 - Programa Qualidade de Vida		24.942,63	24.942,63
<b>Subtotal I</b>	<b>10.901.060,00</b>	<b>262.302,63</b>	<b>11.163.362,63</b>
<b>II - Despesas Médicas</b>			
1 - Consultas	316.254,95	368.512,28	684.767,23
2 - Exames Laboratoriais	258.754,05	301.510,04	560.264,09
3 - Exames Radiológicos	201.253,15	234.507,82	435.760,97
4 - Internações	1.092.517,10	1.273.042,43	2.365.559,53
5 - Psicologia	57.500,90	67.002,23	124.503,13
6 - TFD	-	40.056,52	40.056,52
7 - Outras	402.506,30	469.015,63	871.521,93
<b>Subtotal II</b>	<b>2.328.786,45</b>	<b>2.753.646,95</b>	<b>5.082.433,40</b>
<b>III - Despesas Odontológicas</b>			
1 - Dentisteria	86.251,35	100.503,35	186.754,70
2 - Prótese Dentária	258.754,05	301.510,05	560.264,10
3 - Periodontia	28.750,45	33.501,12	62.251,57
4 - Outras	172.502,70	201.006,70	373.509,40
<b>Subtotal III</b>	<b>546.258,55</b>	<b>636.521,22</b>	<b>1.182.779,77</b>
<b>IV - Despesas Área Administrativa</b>			
1 - Fenaserjus	-	687.441,19	687.441,19
2 - Seguro de Vida	-	119.668,64	119.668,64
3 - Passagens e Hospedagem	-	26.298,77	26.298,77
4 - Outras	-	36.766,62	36.766,62
<b>Subtotal IV</b>	<b>-</b>	<b>870.175,22</b>	<b>870.175,22</b>
<b>Total Geral</b>	<b>13.776.105,00</b>	<b>4.522.646,02</b>	<b>18.298.751,02</b>

Fonte: Divaf e Sepla

obs:

**Outras médicas:** fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

**Outras odontológicas:** consulta, odontopediatria, radiologia, cirurgia, endodontia, prevenção.

**Outras administrativas:** medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, Inss autônomos.

## Programa de Assistência aos servidores do TRF–1ª Região Demonstrativo de receitas e despesas (2003)

R\$1,00

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RECEITAS			DESPESAS	SALDO
								RENDIMENTOS	OUTRAS	TOTAL		
Saldo Dez/02		418.052,00		418.052,00						5.987.133,79		5.987.133,79
jan/03	418.052,00	11.325.600,00	233.756,00	11.509.896,00	5.987.133,79	945.570,39	62.738,09	92.071,35	29.295,95	1.129.675,78	1.115.653,40	6.001.156,17
fev/03	11.509.896,00		816.321,00	10.693.575,00	6.001.156,17	1.041.386,35	53.739,23	100.203,05	25.471,83	1.220.800,46	922.022,41	6.299.934,22
mar/03	10.693.575,00		830.141,00	9.863.434,00	6.299.934,22	988.767,58	53.609,23	98.796,33	35.918,48	1.177.091,62	1.209.018,44	6.268.007,40
abr/03	9.863.434,00		994.827,00	8.868.607,00	6.268.007,40	998.393,81	50.325,51	101.840,43	29.958,90	1.180.518,65	1.275.951,77	6.172.574,28
mai/03				-								-
jun/03				-								-
jul/03				-								-
ago/03				-								-
set/03				-								-
out/03				-								-
nov/03				-								-
dez/03				-								-
TOTAL 2003		11.743.652,00	2.875.045,00	8.868.607,00		3.974.118,13	220.412,06	392.911,16	120.645,16	10.695.220,30	4.522.646,02	6.172.574,28

Fonte: Recursos União – Sepla; Recursos Próprios – Divaf.

Obs 1: O "Saldo de Dez/02" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio-Transporte.



Estatística da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência

— Maio 2003 —	
Recurso Extraordinário Admitido	239
Recurso Especial Admitido	557
Recurso Especial Não Admitido	261
Recurso Especial não Admitido	467
Despachos Diversos	627
Decisão em Plantão	15
Despacho em Plantão	1
Suspensão de Segurança Deferida	6
Suspensão de Segurança Indeferida	6
Decisão Diversa em Susp. de Segurança	5
<b>TOTAL</b>	<b>2.184</b>

\* Dados fornecidos pela Asret

Estatística da Vice-Presidência

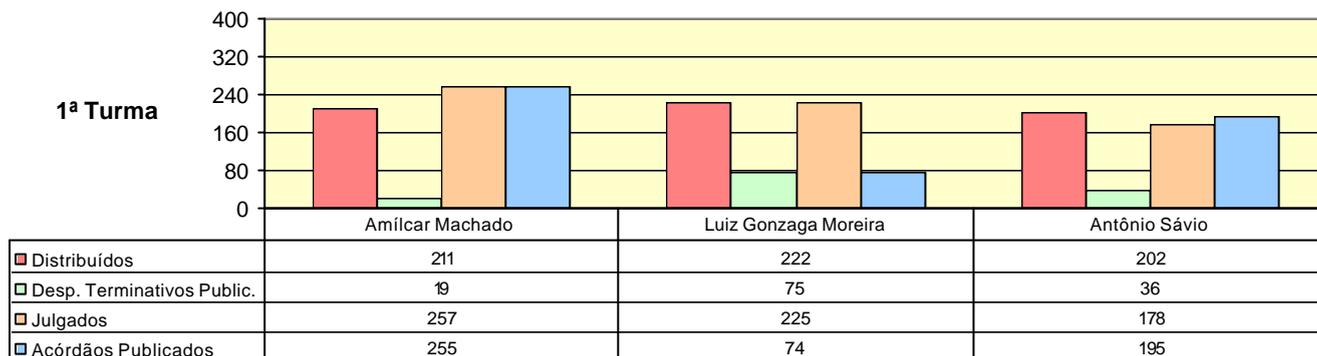
— Maio 2003 —	
Recurso Extraordinário Admitido	136
Recurso Especial Admitido	228
Recurso Extraordinário não Admitido	79
Recurso Especial não Admitido	202
Despachos Diversos	21
Corte Especial	1
<b>TOTAL</b>	<b>667</b>

\* Dados Juris

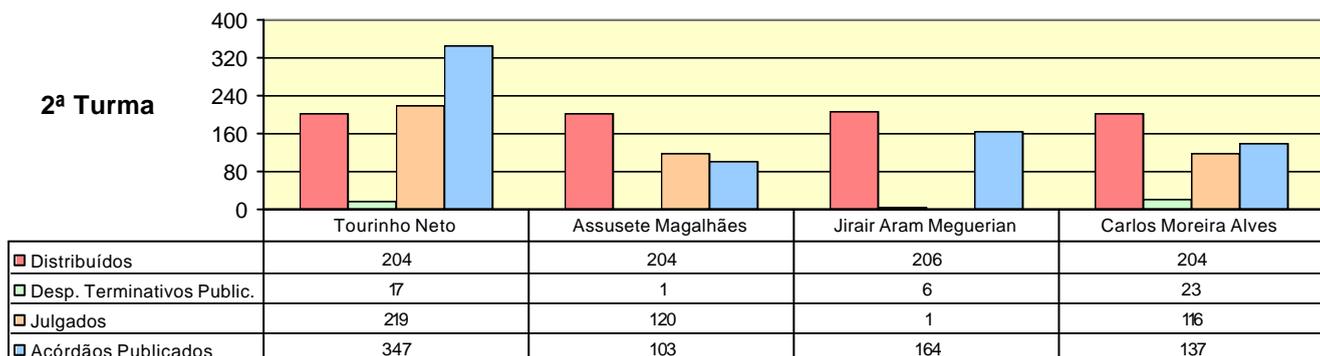
**Estatísticas elaboradas pela Divisão de Estatística-Diest, a partir de dados enviados pelas Secretarias das Turmas, Aseps, Segep e Secju (Sucse, Surec, Subej e Surip). Dúvidas, sugestões e reclamações, ligar para Diest - ramal 278.**

DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS - MAIO/ 2003

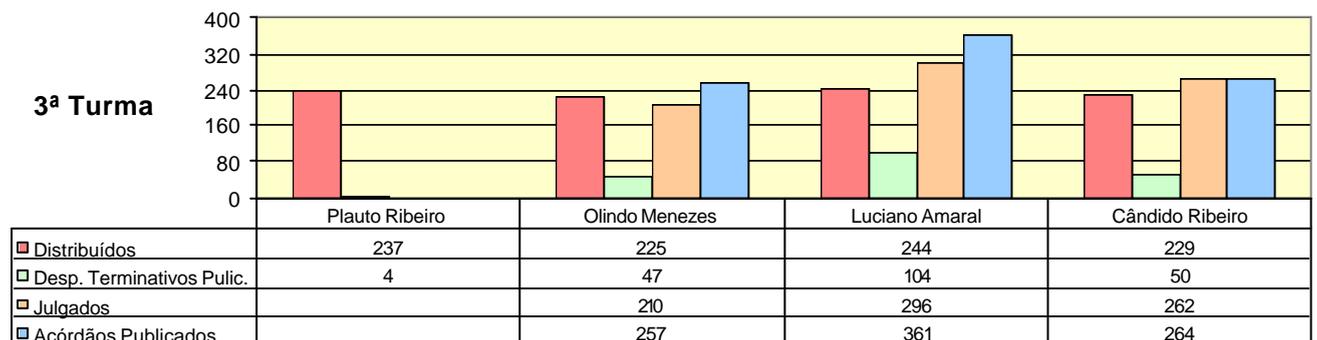
1ª Turma



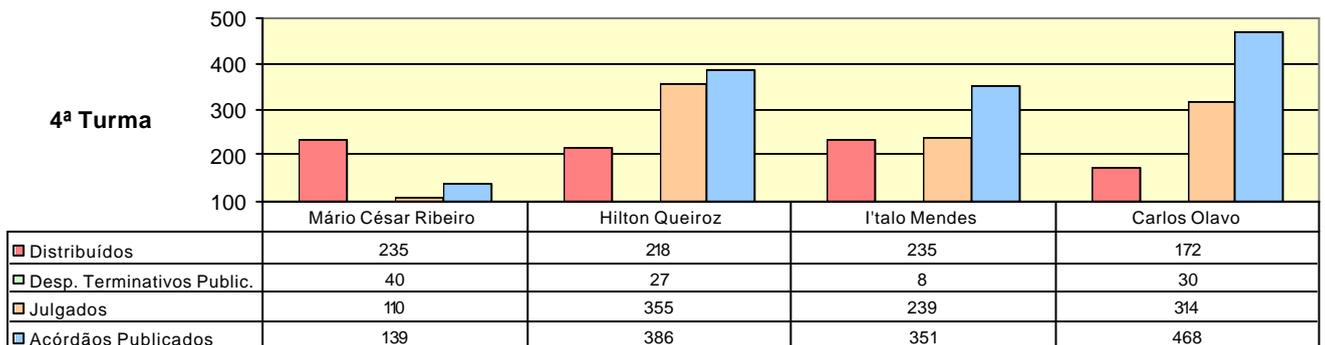
2ª Turma



3ª Turma

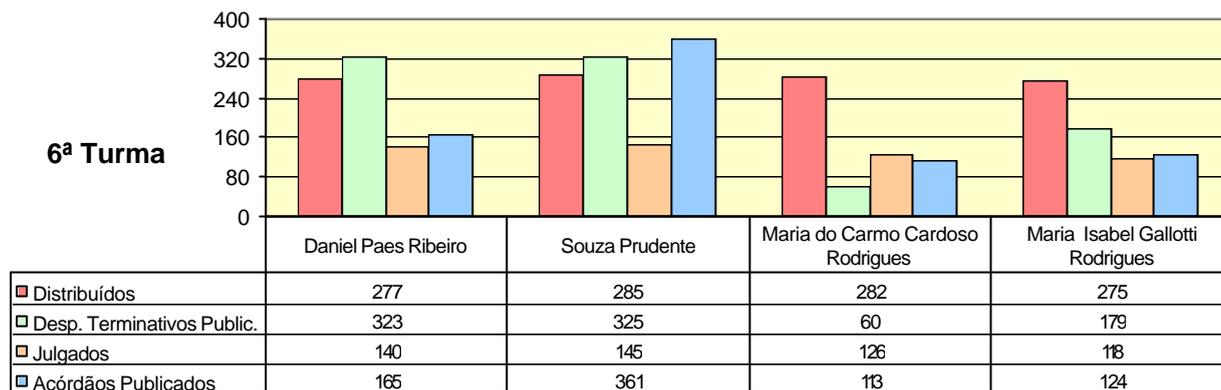


4ª Turma



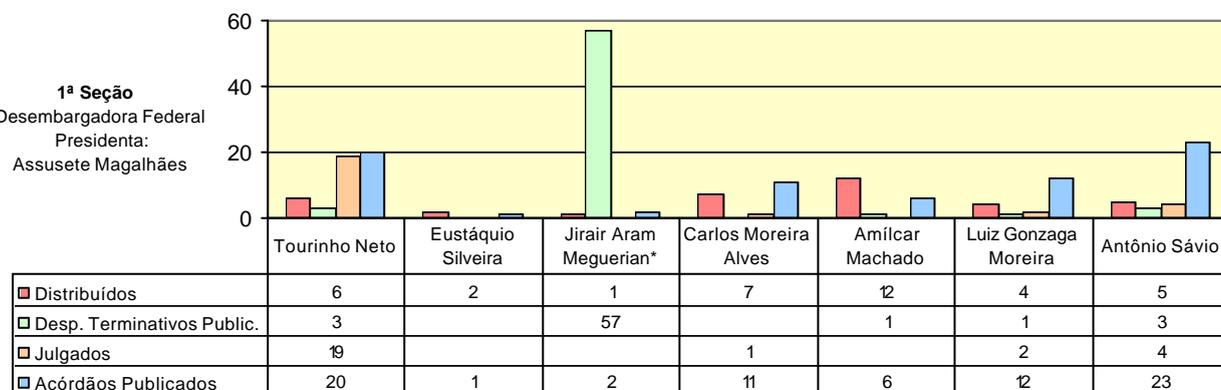
Dados enviados pelas Secretarias das Turmas

\* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.

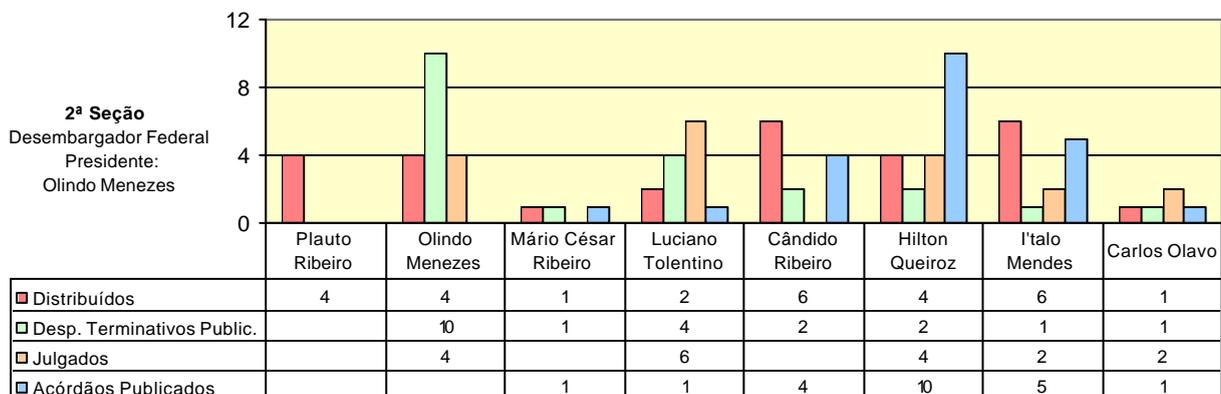


## DADOS ESTATÍSTICOS DAS SEÇÕES - MAIO/ 2003

**1ª Seção**  
Desembargadora Federal  
Presidenta:  
Assusete Magalhães



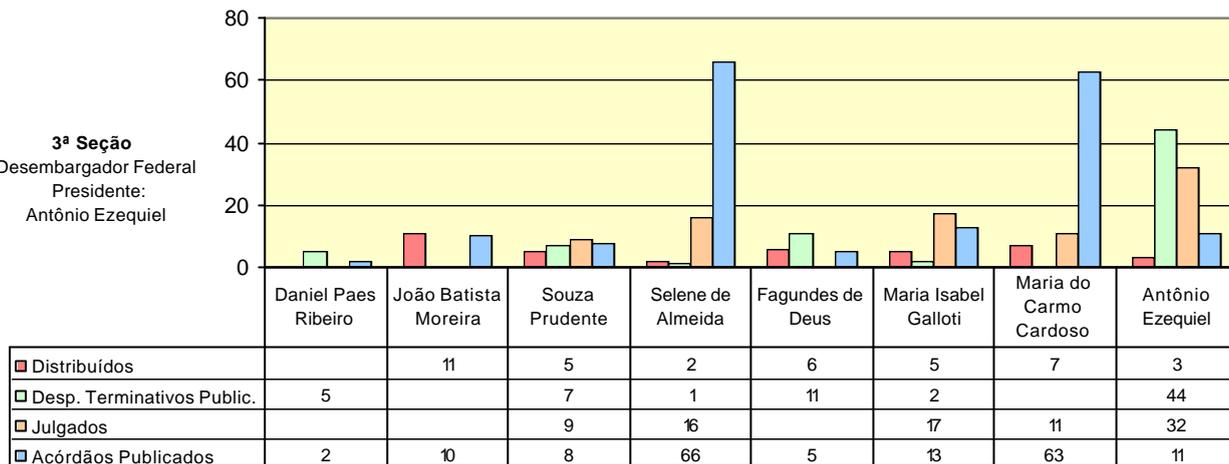
**2ª Seção**  
Desembargador Federal  
Presidente:  
Olindo Menezes



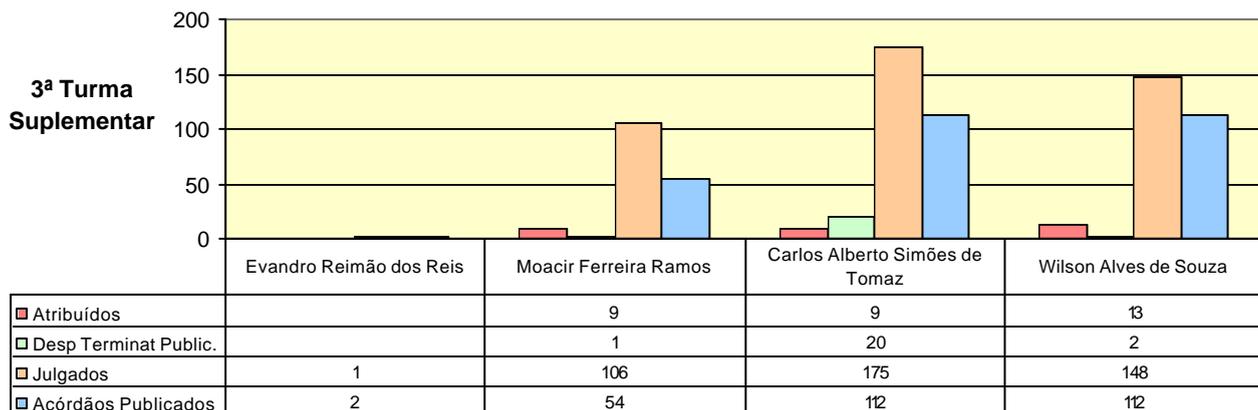
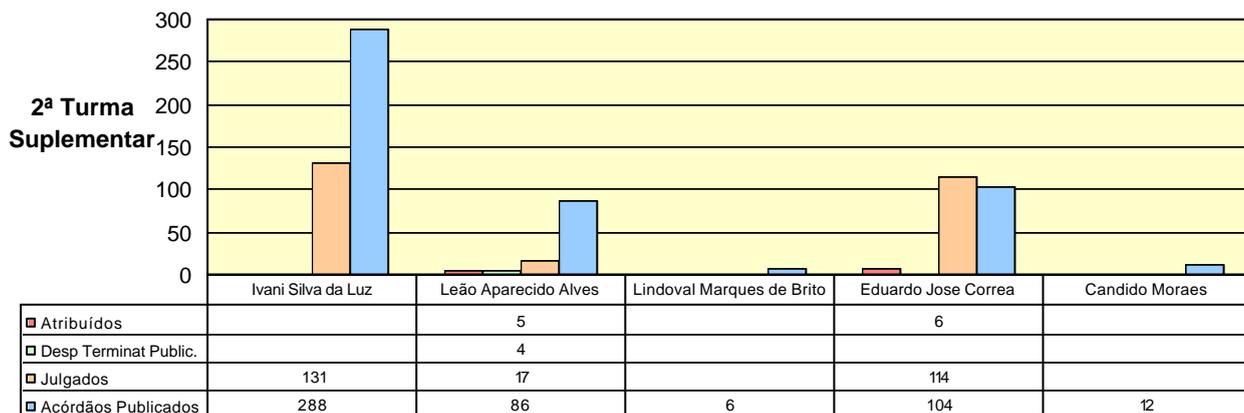
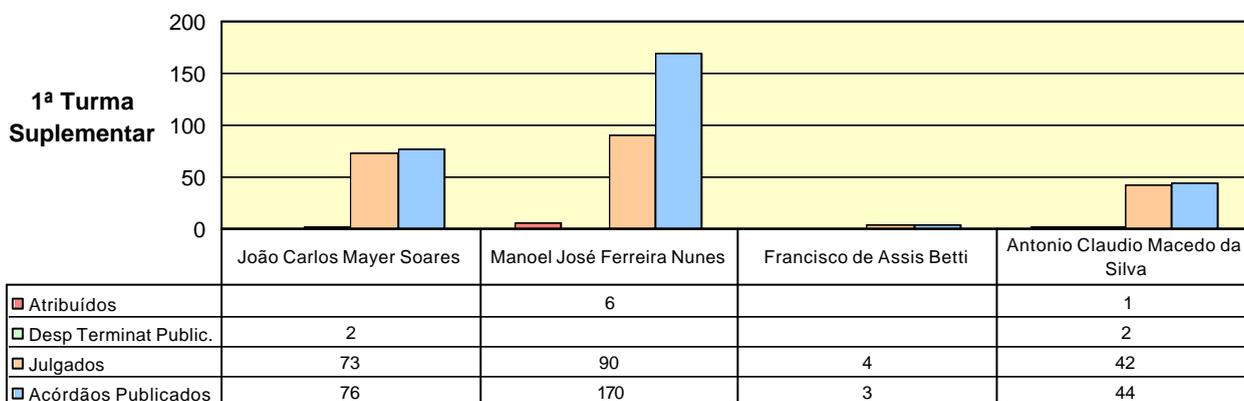
\* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.



**3ª Seção**  
Desembargador Federal  
Presidente:  
Antônio Ezequiel



**DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS SUPLEMENTARES - MAIO/ 2003**



Dados enviados pela Central Executiva de Apoio Processual - Cenex

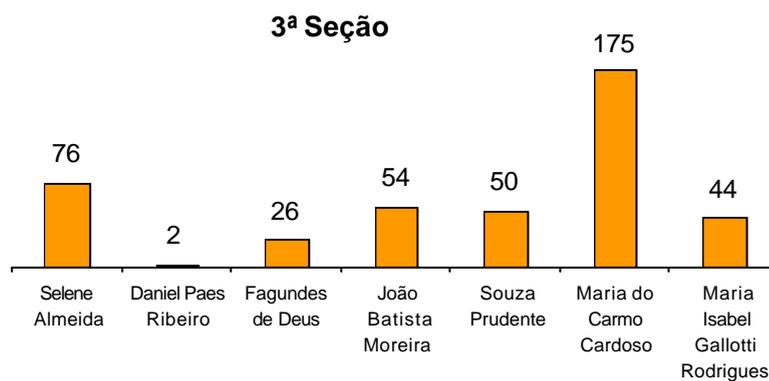
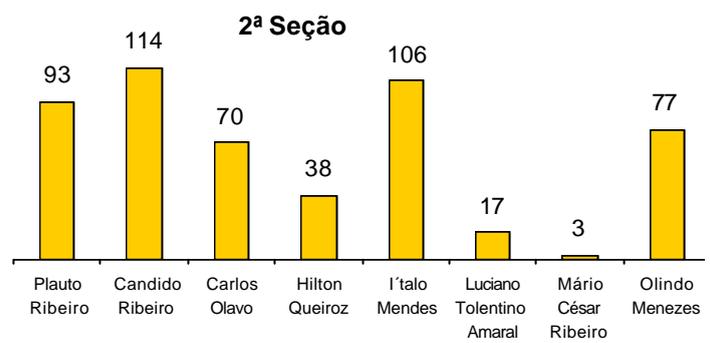
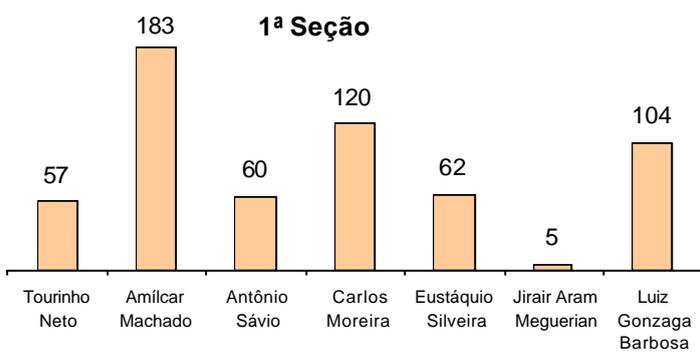
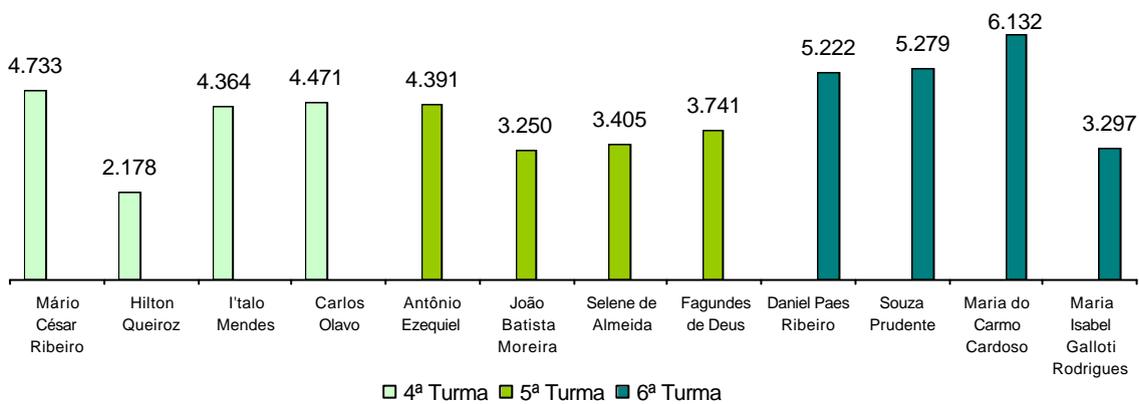
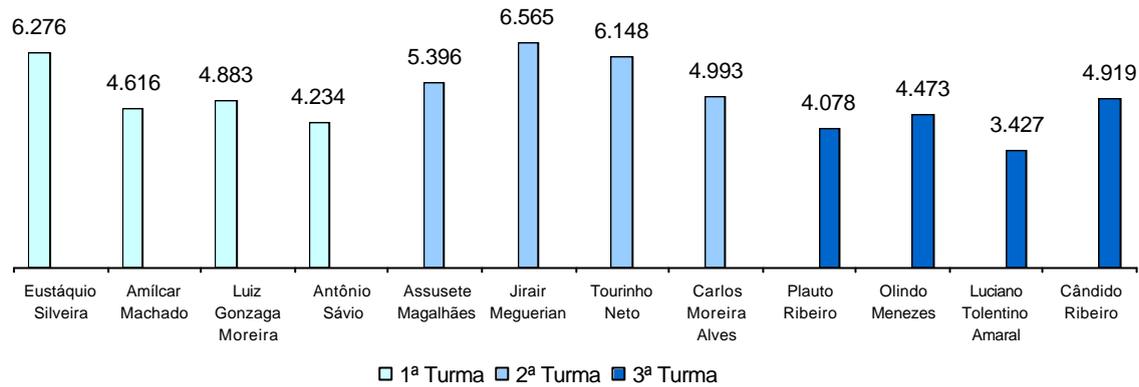
ESTATÍSTICA DOS JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS - MAIO/ 2003

JUÍZES CONVOCADOS	Orgão Julgador	Distribuídos	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
IRAN VELASCO NASCIMENTO	1ª Turma	206	39	109	109
DANIELE MARANHÃO COSTA CALIXTO	2ª Turma			170	11
IRAN VELASCO NASCIMENTO	2º Turma			1	1
FRANCISCO NEVES DA CUNHA	2º Turma				1
RICARDO MACHADO RABELO	3ª Turma		106	219	248
SAULO JOSÉ CASALI BAHIA	3ª Turma			1	
MARCUS VINICIUS REIS BASTOS	3ª Turma				1
MARCUS VINICIUS REIS BASTOS	4ª Turma				271
VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA	4ª Turma			2	
IVANI SILVA DA LUZ	4ª Turma			1	33
URBANO LEAL BERQUÓ NETO	5ª Turma		10		14
REYNALDO SOARES DA FONSECA	5ª Turma		65	143	111
LEÃO APARECIDO ALVES	5ª Turma		39	90	36
FRANCISCO NEVES DA CUNHA	6ª Turma		1		45
ALEXANDRE MACHADO VASCONCELOS	6ª Turma				1
MARCUS VINICIUS REIS BASTOS	6ª Turma				1
MOACIAR FERREIRA	6ª Turma				1
IRAN VELASCO NASCIMENTO	1ª Seção		3	8	12
IRAN VELASCO NASCIMENTO	2ª Seção			1	
MARCUS VINICIUS REIS BASTOS	2ª Seção		1		6
RICARDO MACHADO RABELO	2ª Seção			1	
URBANO LEAL BERQUÓ NETO	3ª Seção		4		11
LEÃO APARECIDO ALVES	3ª Seção		9	14	3
LINDOVAL MARQUES DE BRITO	3ª Seção			1	
DANIELE MARANHÃO COSTA CALIXTO	3ª Seção			1	
REYNALDO SOARES DA FONSECA	3ª Seção		2	18	1

DESEMBARGADORES FEDERAIS QUE ATUARAM EM OUTRAS TURMAS E SEÇÕES - MAIO/ 2003

DESEMBARGADOR FEDERAL	Orgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Acórdãos Publicados
PRESIDENTE	1ª Turma	1	
	1ª Seção	1	
CARLOS FERNANDO MATHIAS	2ª Turma		4
TOURINHO NETO	3ª Turma		1
EUSTÁQUIO SILVEIRA	6ª Turma	2	1

## PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NAS TURMAS E SEÇÕES - MAIO/ 2003





# Bem-me-querô

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

## Ações de Qualidade de Vida na 1ª Região

### Roraima

#### PGQVT promove café-da-manhã

Os servidores da Seção Judiciária de Roraima comemoraram o Dia das Mães com um café-da-manhã programado pelo PGQVT. Após as palavras do Diretor do Foro, Juiz Federal Helder Girão Barreto, o servidor Silvino Vieira leu mensagem às mães que trabalham na Seccional. Ao final, houve o sorteio de três brindes.



### Distrito Federal

#### Feira de Saúde

A Seção Judiciária do Distrito Federal realizou, no período de 26 a 30 de maio, a I Feira de Saúde, uma das ações que integram o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região. Com o tema “Justiça também se faz com Saúde e Qualidade de Vida”, em homenagem aos 36 anos de instalação da SJ/DF, a feira ofereceu diversas atividades, como palestras, oficinas de pátina, aulas de *Tai Chi Chuan*, entre outras. Também foram realizados exames clínicos gratuitos para detectar hipertensão, diabetes e conferir a taxa de colesterol e glicemia dos interessados. O evento contou com diversos estandes, como os de saúde bucal, medicina natural, de orientações sobre a AIDS e da saúde da mulher.

O Diretor do Foro, Hamilton de Sá Dantas, abriu o evento às 18h do dia 26 de maio, seguido da apresentação da Orquestra de Teclados do SÉSI, no Pavilhão da Feira, localizado na Sobreloja do edifício.



Juíza Federal Isa Tânia Cantão visita a feira

### Amapá

#### VI Semana do Dentinho

No período de 26 a 30 de maio aconteceu a VI Semana do Dentinho – “Na guerra contra a cárie, dê um SORRISO para a PAZ!”. A atividade vinha sendo desenvolvida, sistematicamente, pelo Pro-Social e coordenada pela supervisora da Sebes/AP. Neste ano, porém, foi vinculada ao PGQVT, através da Ação XV do Plano de Ação, que versa sobre a realização de campanhas odontológicas.

Durante toda a Semana, as crianças de 0 a 12 anos foram atendidas pelo perito odontólogo, nos turnos da manhã e da tarde, sendo que, ao final do atendimento, receberam *kit* odontológico.

A equipe organizadora contou com a parceria do Sesc/Araxá, que programou uma atividade diferenciada para as crianças e seus responsáveis, com exposições, brincadeiras diversas e teatro de fantoches.

No *hall* de entrada da Justiça Federal, em exposição, duas casinhas representando “*Dona boca limpa*” (a que estava cheirosa e tratada) e “*Dona boca suja*” (a que exibia cárie e mau-hálito). Deve-se ressaltar que ambas fizeram muito sucesso entre a garotada, que experimentava uma e outra, fazendo suas avaliações; até mesmo alguns pais se dispuseram a fazê-las, participando da brincadeira que ensejava um processo de conscientização sobre a efetiva necessidade de cuidado com a boca e os dentes.

### Piauí

#### Campanha de vacinação

O Pro-Social, em parceria com o PGQVT, deslançou, no último dia 16 de maio, a Campanha de Vacinação contra Gripe, oportunidade em que 118 pessoas, entre servidores, magistrados, estagiários e dependentes, foram imunizadas.

A Campanha de Vacinação contou com o apoio imprescindível da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, que disponibilizou 130 doses de vacina, assim como todo o material necessário.

Destaca-se que, neste ano, essa já é a segunda Campanha de Vacinação na Seccional. No dia 25 de abril foram imunizados 87 servidores contra a Hepatite B (1ª dose) e Difteria, e 50 servidores completaram o seu esquema de vacinação contra Tétano.

A parceria Pro-Social-PGQVT, na promoção de eventos na área da saúde e da prevenção de doenças, está contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos que fazem a Seção Judiciária do Piauí.

## Minas Gerais

### Subseção de Uberlândia

#### Palestras na comemoração do Dia da Mulher

Foram realizadas, na comemoração do Dia Internacional da Mulher, em 12 e 24 de março, no auditório Juiz Jirair Aram Megueriam, na Subseção Judiciária de Uberlândia, as palestras

“Osteoporose – Conceitos e Medidas Preventivas”, proferida por Huang Yu Cheng, Ortopedista desportivo e acupunturista, e “Câncer de Útero, Câncer de Mama e Doenças Sexualmente Transmissíveis”, proferida por Iracema Oliveira Pereira, Ginecologista e Obstetra.

O evento contou com a participação maciça das servidoras e da Juíza Federal da 3ª Vara, Lana Lígia Galati.



#### Vacinação contra a gripe

Foi realizada, no dia 13 de maio, a Campanha de Vacinação contra Gripe organizada pelo Pro-Social. Essa foi a primeira campanha de saúde realizada na Seccional, quando 30 pessoas foram vacinadas entre magistrados e servidores.



#### Membros do Comitê do PGQVT

Agnaldo Dias de Souza  
 Andréa Balsini Ghisi  
 Antônio Magnaldo Timo Leite  
 Cristine Caltabiano Neves Frauzinho  
 Conceição de Maria Pereira de Carvalho  
 Daniela Amorim Reis  
 Eliete dos Santos Teixeira  
 Etiene Gomes de Carvalho  
 Iracy Moreira Borges  
 José Carlos Viana  
 José Murilo Cruz Brito  
 Juliana B. Espíndola Moreira  
 Maria Angela Rocha Paes  
 Maria de Lourdes Montes  
 Maura Gomes de Carvalho  
 Nádia B. da Cruz Santana  
 Neslita Costa Silva  
 Roberta Costa Matos  
 Ruth Maria Cruz Vaz  
 Sérgio Faria L. da F. Neto

## Bahia

#### Dia das mães especial

A comemoração em homenagem ao Dia das Mães na Seção Judiciária da Bahia, promovida pelo Programa de Qualidade de Vida e Trabalho e pela Asserjuf, foi realizada no dia 9 de maio, em clima de alegria e muita emoção.

Logo no início da tarde, a Asserjuf promoveu uma distribuição de bombons, com mensagem parabenizando todas as mães associadas. Um sarau especial onde se apresentaram os servidores Gésner Braga e Rosane Cerqueira, acompanhados pelo instrumentista Rogério Grillo fez parte da comemoração. As mães e os filhos presentes puderam participar de muitas brincadeiras, sendo presenteados com lindas cestas de banho e tratamentos de beleza. Após o caloroso parabéns para as mães, com um bolo especial, foi anunciado o resultado do Concurso de Poesias. O grande vencedor do concurso foi Rodrigo Araújo, de 7 anos, homenageando a mamãe Luzineide Araújo, Supervisora da Seção de Biblioteca (foto1), que recebeu uma belíssima jóia. O prêmio do poeta-mirim foi uma bicicleta, (foto 2).



### Teste seus conhecimentos

Por Márcia M. Barroso

#### Em que alternativa não se pontuou adequadamente a frase?

- Os juízes já apreciaram a matéria, e não decidiram.
- O assistente digitou a decisão, e a secretária levou-a para o magistrado.
- As causas chegam, e são distribuídas, e apreciadas, e decididas.
- O primeiro colocado recebeu mil reais e o segundo quinhentos reais.
- Matéria criminal, e não cível, é da competência desta Vara.

Resposta: d.

# Destaque



Encarte do Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano II n. 13 junho 2003

## Justiça sobre as águas





## DESTAQUE

### JUSTIÇA SOBRE AS ÁGUAS

**Importante convênio firmado entre o TRF da 1ª Região e o Tribunal de Justiça do Amapá autorizou a utilização do barco Tribuna, de propriedade do TJAP, para a realização de audiências dos Juizados Especiais Federais de forma itinerante.**

**As primeiras audiências foram realizadas às margens do Rio Amazonas no dia 23 de maio e foi um verdadeiro sucesso. Confira os melhores momentos.**



Audiência do Juizado Especial Federal Fluvial



Juizes Federais e o Presidente C



Momento histórico: TRF-1ª Região e TJAP celebram convênio para viabilizar o Juizado Federal Fluvial



Comunidade ribeirinha de Elesbão



Jurisdicionada confere documentos para a audiência dos Juizados



ordenadora dos JEFs, Selene Maria de Almeida, cursa após assinatura do convênio





Pinheiro e João Carlos Mayer, e as após visita a Ilha de Santana



Presidente, em exercício, do TJAP, Mário de Queiroz e Presidente Catão Alves



Beneficiária em audiência dos JEFs



leva jurisdicionados ao Juizado Fluvial



Moradores da Ilha de Santana observam o Juizado Fluvial



Sr. Joaquim, satisfeito, após conseguir a aposentadoria em audiência dos JEFs



Crianças da Ilha de Santana



Presidente em exercício do TJAP, Mário de Queiroz, Presidente do TRF-1ª Região Catão Alves e Coordenadora dos JEFs Selene Maria de Almeida participam do



Presidente Catão Alves com os jurisdicionados



Secretário-Geral Mário Santana participa de momento solene ao lado do Presidente Catão Alves



Jurisdicionada apresenta sua casa a Juizes e servidores



Jurisdicionados embarcando no barco Tribuna



Atendimento é esperado com entusiasmo



Desembargador Federal Antônio Ezequiel com os jurisdicionados



Porto da cidade de Macapá/AP



Família que vive em um barco no Rio Amazonas



Representante da natureza participa de momento histórico da Justiça Federal



Crianças das comunidades ribeirinhas em visita ao Juizado Fluvial



Jurisdicionados aguardam atendimento



Criança da Ilha de Santana



Dona Maria da Silva, primeira cidadã a ser atendida pelo Juizado Federal Fluvial